



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
SEGURANÇA URBANA

SEGURANÇA MUNICIPAL
A experiência na Prefeitura de São Paulo
2005 - 2012

Secretaria Municipal de Segurança Urbana



PREFEITURA DE SÃO PAULO

Prefeito de São Paulo
Gilberto Kassab

Coordenação

Edsom Ortega

Secretário Municipal de Segurança Urbana

Secretário do Gabinete de Gestão Integrada

Coordenador da Operação Defesa das Águas

Comandante Geral da GCM Joel Malta de Sá

Coordenador Geral da Defesa Civil Jair Paca de Lima

Coordenador do Centro de Formação Flávio Paulo Domingos Rosa

Coordenador das Juntas do Serviço Militar Nelson Carlos Paravani

Corregedor Geral da GCM Eduardo Betenjane Romano

Apresentação

A atuação do poder público municipal na área da segurança pública se fortalece cada vez mais pela maior clareza dos gestores públicos e do parlamento em âmbito federal, estadual e municipal do papel fundamental do poder local em ações essenciais para a maior eficácia do combate ao crime e a violência, antes limitadas a medidas policiais. Este livro tem por objetivo compartilhar a experiência da cidade de São Paulo, tratando no âmbito da administração municipal os aspectos da prevenção, da repressão qualificada e a reabilitação de trechos da cidade e de pessoas. O conhecimento e a análise do que foi feito no período de 2005 a 2012 pode servir como referência das boas experiências de ações integradas e articuladas, muitas aplicáveis a outros municípios adequando as realidades locais.

Também para aprimorar e avançar ainda mais o que vem sendo feito na cidade de São Paulo considerando a dinâmica das situações de vulnerabilidade, violência e criminalidade, que impõe ao gestor público atenção constante aos indicadores e avaliação de resultados e adoção de medidas e ajustes muitas vezes imediatos.

Introdução

A Cidade de São Paulo

O município de São Paulo já conta com mais de 11 milhões de habitantes segundo o IBGE e considerando os municípios conurbados chega a mais de 16 milhões de habitantes. Tem uma população flutuante adicional estimada em mais de dois milhões habitantes, compostos por pessoas de outros municípios que se deslocam a São Paulo para trabalhar, fazer compras, a negócios ou por lazer. Possui um território de 1.530 km², dividido em 31 subprefeituras.

Em 2010 a cidade recebeu 11,7 milhões de visitantes, sendo 10,1 milhões de turistas nacionais e 1,6 milhão de estrangeiros. O crescimento foi de 3,54% em relação a 2009. 56,1% dos turistas vêm a negócios; 22,4% para participar de eventos; 10,9% a lazer; 4,0% para estudos; 2,6% para visitar parentes e amigos e 2,5% para assuntos relacionados à saúde.

A cidade de São Paulo possui mais de 40 mil policiais, considerando os da Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Técnica, Polícia Federal, Polícia Rodoviária, Guarda Civil Metropolitana, Corpo de Bombeiros, Agentes da Defesa civil e da CET - Companhia de Engenharia de Tráfego.

A integração das ações destas polícias é fundamental para otimizar os resultados e evitar superposição desnecessária. Cada uma delas possui atribuição específica e é preciso que o diagnóstico da cidade quanto a vulnerabilidades, violência e criminalidade e a influencia da região metropolitana contribua para que cada uma possa ter clareza das suas prioridades e ter meios para isso.

No âmbito do município de São Paulo a Guarda Civil Metropolitana, com mais de 6.300 agentes e a Defesa Civil Municipal com mais de 500 agentes, subor-

subordinadas e coordenadas pela Secretaria de Segurança Urbana atuam em parceria com outros serviços de segurança e emergência do município, do Estado e da União com o objetivo de propiciar aos cidadãos paulistanos, além da segurança, agentes preparados para diversas situações. A área do trânsito conta com outros 2.500 agentes específicos da CET, ao contrário de outros municípios que tem esta competência atribuída a suas Guardas Municipais.

No período abrangido por esta administração foi priorizada a ênfase em planejamento e ações integradas, investimentos em equipamentos modernos, tecnologia sofisticada, sistemas de inteligência, capacitação e valorização dos profissionais, modernização da gestão. Sempre com o objetivo de ter mais eficiência e resultados com melhor uso dos meios disponíveis.

A adoção das mesmas plataformas de comunicação e compartilhamento do sistema de monitoramento por câmeras sofisticadas tem sido exemplos importantes de integração e uso de novas tecnologias para aumentar a segurança na cidade, sobretudo em grandes vias, praças, parques, locais de grande fluxo de pessoas e de vulnerabilidade.

Além de permitir uma melhor visualização do espaço públicos e do patrimônio, o videomonitoramento muito tem contribuído para coibir vandalismo, depredações e o comércio ilegal que vende pirataria, contrabando, produtos de origem duvidosa e fruto de carga roubada.

A criação do Gabinete de Gestão Integrada GGI-M, com participação de organismos federais, estaduais, municipais e da sociedade, foi experiência relevante, com seus grupos e comitês de trabalho específico, para fortalecer o planejamento e atuação conjunta na prevenção, na repressão qualificada e na reabilitação de trechos da cidade e de pessoas em condição de vulnerabilidade.

Neste livro será possível compartilhar a estratégica da política de Segurança Urbana para São Paulo e alguns dos seus principais resultados.

Agradecimento

A todos que colaboraram para os avanços obtidos nesse período, os integrantes dos organismos municipais, estaduais, federais, das organizações da sociedade, incluindo aquelas que com suas críticas, denúncias e sugestões chamaram atenção para aspectos importantes da administração da cidade em favor da sua segurança.

Edsom Ortega

Secretário Municipal de Segurança Urbana
Coordenador do Gabinete de Gestão Integrada do Município e
da Operação Defesa das Águas

Sumário

O plano Municipal de Segurança Urbana	11
Medidas estruturantes e estratégicas	16
Criação do Gabinete de Gestão Integrada	17
Articulação Comunitária	20
O policiamento Comunitário na GCM de São Paulo	21
Delegacias Eletrônicas	22
Rede de Mediação de Conflitos	23
Campanha do Desarmamento	25
Exemplos de ações de repressão qualificada realizadas na cidade de São Paulo	30
Combate ao descarte ilegal de lixo e entulho	31
Revitalização do CEAGESP – Operação Caixaria	32
Operação Contra Perturbação do sossego	35
Nova Luz – Combate ao Crack e tratamento aos dependentes	36
Novos equipamentos para tratamento	37
Pessoas em situação de Rua “acampadas”	38
DISTRIBUIÇÃO DE COMIDA E ALIMENTOS NAS RUAS	40
Outras ações da GCM para Proteção da cidade e da população e Combate à Desordem Urbana 41	
Proteção ao Patrimônio Público	42
Proteção ao agente público.....	43
Pessoas em situação de Risco	44
Programa de Proteção Ambiental	45
Operação Defesa das Águas	47
Prefeitura e Marinha assinam convênio para fiscalização conjunta	49
Condução de Embarcações	50
Controle do Espaço Público e Fiscalização do Comércio Ilegal 51	
Convênio para eforçar o combate ao comércio ilegal.....	52
Definição do Plano Conjunto	53
Inspeção de Operações Especiais - IOPE	57
Preparativos para a Copa do Mundo 2014	59
Investimento em tecnologia	61
Central de Atendimento GCM 153	62

Central Rádio comunicação e despacho	63
Sala de situação da GCM	65
Instalação das placas de identificação de câmeras de vídeomonitoramento	66
Projeto Central de Comando e Controle da Guarda Civil Metropolitana e Defesa Civil.- C4I – Central de Emergências.....	67
INVESTIMENTO EM FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL	72
Modernização do Centro de Formação	72
Certificação ISO 9001	73
Formação e Capacitação: Investimento em qualificação para servidores da Guarda Civil Metropolitana Mais de R\$ 5 milhões	74
Viagens Internacionais	78
Medidas estruturantes e de Valorização da GCM	80
Compra de equipamentos, modernização e investimento	86
Defesa Civil	100
Juntas do Serviço Militar	104

PARTE 1

O PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA URBANA

A Segurança Pública e Urbana exige cada vez mais a atenção dos administradores públicos municipais para a melhor gestão e integração dos organismos que atuam nesta área direta ou indiretamente.

Com diagnósticos adequados, informações e dados confiáveis, estratégias de inteligência e planejamento, as ações devem ter metas objetivas, sistematizadas e acompanhadas de instrumentos de controle e avaliação.

A clareza da atribuição do poder municipal neste campo deve ser cada vez mais aprimorada para evitar superposição de papéis com outros organismos e desvios de foco de ações que representam o seu diferencial.

A Guarda Civil Metropolitana de São Paulo tem recebido atenção crescente, deve experimentar uma nova fase com ênfase na sua missão de contribuir na segurança da cidade, mas com foco na contenção da Desordem Urbana, na segurança dos agentes públicos, na preservação do espaço e do patrimônio público, contribuindo para reduzir a exposição a situações de risco, sobretudo com medidas de caráter preventivo e de repressão qualificada.

O aprimoramento da sua capacidade operacional deve merecer atenção constante dos seus gestores, investindo ainda mais na capacitação e valorização do seu efetivo, na modernização da sua logística, com maior uso da tecnologia da informação, de sistemas de inteligência e com a alocação do seu efetivo mais próximo da comunidade, orientado para o policiamento comunitário, focado na sua missão principal, com metas claras e compartilhadas.

MISSÃO

Proteger o patrimônio e o espaço de uso público, os agentes públicos nas atividades de risco, contribuir na segurança dos equipamentos públicos e da população e no cumprimento da legislação, atuando com prioridade em ações de natureza preventiva e de repressão qualificada.

PRINCÍPIOS

Preservar os direitos dos cidadãos, respeitando os direitos humanos e coletivos.

- Favorecer a cultura da paz, privilegiando o diálogo e o entendimento.

DIRETRIZES

- Formular planejamento e programas, articulado com outros organismos, sobretudo os da administração municipal e da segurança pública estadual e federal;

- Atuar de forma integrada com outros governos e organizações públicas e da sociedade, contribuindo na prevenção e na redução de fatores que favoreçam situações de risco e violência;
- Elaborar diagnósticos, estatísticas, metas e avaliação sistemática de desempenho e resultados;
- Atuar com o sentido de prestador de serviços ao poder público e a comunidade, com clareza das suas atribuições e metas, devendo prestar contas sistematicamente, revendo planejamento e procedimentos se necessário;
- Investir na qualificação do efetivo da GCM e do seu comando, dando melhores condições de trabalho e maior valorização de desempenho, favorecendo a melhor identidade da Guarda;
- Privilegiar sua presença junto a comunidade, atuando com firmeza, mas sem truculência. Usar a força quando absolutamente necessário e na proporção adequada;
- Preservar o patrimônio e o espaço de uso público e oferecer aos agentes públicos a segurança necessária para o cumprimento das suas atribuições;
- Adotar instrumentos eficazes de comunicação interna, com a comunidade e com os demais organismos que participam do sistema de segurança.

METAS

Metas para a Segurança Urbana a serem especificadas junto com o Comando da GCM e demais organismos envolvidos observadas as prioridades tratadas no Gabinete de Gestão Integrada GGI-M:

1. Reduzir e eliminar ocorrências de delitos e vandalismo nas escolas, articulado com a Secretaria Municipal da Educação e a Secretaria da Segurança Pública;
2. Apoiar os agentes públicos municipais em tarefas que, pela natureza, ofereça risco a sua segurança, como fiscalização e desfazimento de atos infracionais, como uso irregular de espaços públicos, ocupações irregulares e depredações ambientais, visando reduzi-los.
3. Contribuir para a redução de atos de depredação e crimes contra o patrimônio público;
4. Contribuir para redução no número de pessoas em situação de risco, articulado com a Secretaria de Assistência Social, das Subprefeituras e outras afins, oferecendo orientação e apoio para abrigamento e atendimento especializado.
5. Reduzir fatores que favoreçam a insegurança e a violência, informando a administração pública de deficiências de infra-estrutura urbana e serviços, como deficiência na iluminação pública, buracos nas vias, descarte ilegal de lixo e entulho, falta de sinalização, sobretudo em regiões mais vulneráveis.
6. Contribuir na redução dos indicadores de violência da cidade, utilizando dados do INFOCRIM, da prefeitura e outros específicos.

sultados, favorecendo a valorização e o reconhecimento dos seus profissionais;

POLITICA MUNICIPAL DE SEGURANÇA – Elementos para o Plano de Ação

I – O papel do município no Sistema de Segurança.

- Ter diagnostico atualizado das fragilidades e das suas políticas de infraestrutura e proteção social, com clareza das suas prioridades e metas.
- Articular os organismos municipais, estaduais, federais e a sociedade.

II – A desordem urbana, o crime e a percepção de Segurança.

- Principais fragilidades que evidenciam a desordem:
- Descumprimento posturas, uso e ocupação do solo, plano diretor.

Destaques:

- comercio irregular;
- pessoas em situação de risco e rua;
- iluminação deficiente;
- lixo e entulho irregular;
- depredação, vandalismo e falta de manutenção do espaço publico;
- imóveis abandonados ou em estado de abandono, ou usos ilegais;
- descumprimento das leis de transito e veículos abandonados;
- perturbação do sossego;
- depredação ambiental e ocupações e construções irregulares;
- Instalações, equipamentos e monumentos vulneráveis.

III – Diagnóstico, Planejamento e Metas em bases territoriais;

- Identificação dos perímetros dos circuitos prioritários;
- Identificação dos locais e perímetros de maior evidencia de desordem urbana;
- Caracterizar os principais fatores de vulnerabilidade presentes;
- Identificar as principais medidas mais adequadas para reversão;
- Identificar as principais organizações publicas ou da sociedade envolvidas;
- Definir estratégia de compartilhamento e articulação em função das prioridades;
- Dimensionar metas, fixar unidades de medição e seus indicadores de avaliação.

IV – Organização dos meios:

- Planejamento operacional com foco em resultados, a partir do diagnostico e das metas.
- Seleção de equipe, meios e equipamentos, dinâmica de aplicação.
- Estratégia e inteligência: mais com menos: Foco em resultados.

V – Circuitos Prioritários para Segurança.

- Circuitos dos pontos quentes da criminalidade, violência e vulnerabilidade;
- Locais de grande fluxo de pessoas e veículos;
- Locais turísticos;
- Instalações de autoridades federais, estaduais e municipais.

VI – Os Programas da GCM e o seu papel na política de Segurança.

- Proteção Escolar;
- Proteção Ambiental;
- Proteção do Espaço Público e Fiscalização Comércio Irregular;
- Proteção Agentes Públicos;
- Proteção Patrimonial;
- Proteção a Pessoas em situação de Risco.

VII – Os Programas da Defesa Civil e seus parceiros:

- Ações Preventivas;
- Ações Estruturantes;
- Ações de Apoio e Proteção em Emergências.

VIII – Programa de Qualidade/ Manual de Normas e Procedimento

- Pensar em qualidade: No ambiente da organização e no local de atividade;
- Padronização de Procedimento: clareza de objetivos, metas e unidades de medidas.

IX – Indicadores de avaliação/ Centro de Custo/ unidade de negócios.

- Desempenho e efetividade;
- Custo dos serviços prestados;
- Relação ótima de custo, resultados e satisfação do “cliente”.

x – Medidas estratégicas, prioritárias e importantes.

Dimensionar, Classificar, Decidir, Acompanhar, Concretizar.

XI – Capacitação, Motivação, Comprometimento, Valorização, Meritocracia.

- Priorizar e viabilizar;
- Identificar fatores;
- Pactuar e cumprir;
- Definir indicadores e critérios;
- Avaliar com isenção;
- Premiar com objetividade.

XII – Comunicação e Relações Institucionais.

- Usar os melhores meios em função do público alvo;
- Clareza das prioridades e atenção peculiar;
- Postura e imagem de curto, médio e longo prazos.

AGRUPAMENTO DOS TEMAS PARA O PLANO ESTRATÉGICO

1. Planejamento e prioridade no emprego de meios:
 - a. Gabinete de Gestão Integrada, Comitês e Grupos de avaliação e ação conjunta: priorização dos investimentos setoriais e ações de governos.
 - b. Observatório de vulnerabilidade, violência e criminalidade: integração banco dados.
 - c. Perímetros prioritários de proteção: Circuito dos pontos quentes da violência e da criminalidade, circuito das grandes movimentações de pessoas e veículos, circuito do turismo, Circuito de autoridades.
 - d. Programas de Proteção e ações prioritárias: otimização do uso dos meios.

2. O papel da prevenção: exemplos.
 - a. Articulação comunitária: CONSEGs Conselhos Comunitários de Segurança – Rede, Lideranças locais, NUDECs – Nucleo de Defesa Civil
 - b. Mediação de Conflitos: salas de atendimento, cultura de paz nas abordagens.
 - c. Percepção de Segurança: Infraestrutura Urbana e manutenção: Iluminação, acessibilidade, lixo e entulho, mato, pichação, jogos e comercio ilegal, depredação ambiental, manutenção do espaço publico.
 - d. Investimento em Educação, Cultura, Esporte, Lazer e alternativas de trabalho e renda.
 - e. Assistência Social: busca ativa pelas pessoas em mais vulneráveis. Crianças, idosos e outros adultos em situação de rua. Evasão escolar e violência doméstica.
 - f. Controle e fiscalização de áreas de risco, de interesse ambiental e de interesse publico.
 - g. Prevenção a Deslizamentos, Alagamentos e Incêndios.
 - h. Desarmamento e Controle de Armas.
 - i. Perturbação do sossego;
 - j. Orientação, Notificação preventiva e fechamento de estabelecimentos ilegais.
 - k. Diretriz de Segurança Publica e Urbana para projetos arquitetônicos e urbanismo.

3. Repressão Qualificada: ênfase no Planejamento e Inteligência.
 - a. Invasões de áreas e edificações e crimes ambientais
 - b. Ocupação de áreas de uso público, consumo de drogas, furtos e roubos
 - c. Comercio ilegal nas ruas e estabelecimentos de produtos de roubo de cargas, pirataria e contrabando. Correlação com outros crimes.
 - d. Eventos ilegais e perturbação da ordem e do sossego publico.
 - e. Depredação e vandalismo.

4. Medidas Estruturantes de Gestão:
 - a. Organização e Métodos: gestão de qualidade (ISO)
 - b. Normatização e POPs – Procedimento Operacional Padrão.
 - c. Contratos de Gestão, Metas, Avaliação de resultados, Centro de Custo
 - d. Gestão de Pessoas: Seleção, Capacitação, Orientação e Valorização: meritocracia
 - e. Uso de equipamentos modernos, tecnologia e sistemas integrados.
 - f. Corregedoria e Ouvidoria. Estruturadas e com Padrões de Procedimento.

MEDIDAS ESTRUTURANTES e ESTRATÉGICAS

Desde 2005 diversas iniciativas foram adotadas pela então Coordenadoria de Segurança Urbana, vinculada a Secretaria de Governo, para ampliar ações da GCM no combate a desordem urbana, reforçar a proteção de escolas e unidades de saúde e combate ao comércio ilegal.

Foi muito importante a retomada de trechos da cidade que estavam tomados por ambulantes, inclusive ruas comerciais, praças e terminais de transportes que eram usados para venda generalizada de pirataria, contrabando e produtos de origem duvidosa, incluindo carga roubada, além de coibir a corrupção por esquemas de proteção e aluguel de espaços públicos.

Os diversos organismos afins, Subprefeituras, Guarda Civil Metropolitana, Polícia Militar, Polícia Civil, entre outros atuaram nestas ações. Muitas vezes de forma conjunta e outras cada um na sua oportunidade e iniciativa conforme o caso.

Milhares de estabelecimentos comerciais em regiões das manchas da criminalidade e na região de escolas e equipamentos públicos foram submetidos a fiscalização e mais de dois mil deles foram fechados e interditados por iniciativa da Segurança Urbana por envolvimento em ilícitos graves e envolvimento em esquemas do crime.

As invasões de áreas de interesse ambiental e de risco foram alvo de tratativas entre organismos estaduais e municipais para buscar meios de conter um movimento que vinha de décadas de ocupações ilegais de áreas de mananciais e outras áreas públicas e privadas.

Em março de 2007 foi criada a Guarda Ambiental, braço especializado da Guarda Civil Metropolitana, com o objetivo de fortalecer um novo sistema de proteção integrada denominada Operação Defesa das Águas, para conter as invasões e depredações ambientais, promover a recuperação destas áreas e a estruturação de parques com áreas de lazer para a comunidade delas se apropriar e contribuir na sua proteção.

O diversos grupos de trabalho, em diversas áreas, ganharam melhor sistematização e empoderamento institucional com a criação do Gabinete de Gestão Integrada de Segurança, indo ao encontro da proposta da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça que propunha colegiados para tratar dos investimentos e da política do PRONASCI, Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania.

A cidade de São Paulo foi das primeiras a aderir por ter sintonia com os propósitos do Programa.

Criação do Gabinete de Gestão Integrada de Segurança (GGI)



O Decreto nº 49.071, de 19/12/2007, do Prefeito Gilberto Kassab, criou o Gabinete de Gestão Integrada - GGI-M de São Paulo, com o objetivo de reunir organismos municipais, estaduais, federais e da sociedade, produzir diagnósticos e definir ações e estratégias de combate ao crime, articuladas com políticas e ações sociais preventivas e de repressão qualificada e com as seguintes competências.

- Estabelecer diretrizes e prioridades para o Plano Municipal de Segurança e aos programas e ações integradas de segurança pública e urbana no município de São Paulo envolvendo organismos municipais, estaduais, federais e da sociedade, inclusive e especialmente os de natureza preventiva;
- Coordenar no Município de São Paulo o Programa Nacional de Segurança Pública – PRONASCI - e deliberar sobre os assuntos a ele pertinentes, observadas as competências e autonomias institucionais e os demais convênios bilaterais correlatos existentes;

Compete ao Gabinete de Segurança:

- Orientar a implantação do Observatório Municipal de Violência, Vulnerabilidade e Criminalidade;
- Dar diretrizes para a expansão do Sistema de Monitoramento Eletrônico;
- Definir prioridades para o Plano de formação e qualificação dos profissionais que atuam na segurança pública, urbana e nas ações preventivas;
- Orientar a interação com os fóruns municipais e comunitários de segurança;
- Criar grupos de trabalho para análise de matérias e acompanhamento das deliberações.

O GGI tem diversas frentes de atuação, sendo o Combate a desordem urbana e ao comércio ilegal, a Campanha do Desarmamento, a Ação Integrada Centro Legal, Operação Defesa das águas, Virada social, entre outros. Suas diretrizes são:

1. Utilizar a tecnologia na segurança urbana e pública, através de câmeras, rádios, GPSs e principalmente pela integração dos sistemas que permite aos organismos de segurança utilizarem plataformas conjuntas e espelharem suas imagens aumento assim, o monitoramento na cidade e compartilhamento de informações.
2. A Articulação Comunitária e o Policiamento Comunitário para maior integração com a comunidade. A proximidade do poder público com a sociedade civil permite conhecer as principais carências de cada região e mostrar de que forma estão trabalhando para solucioná-las. No caso das polícias comunitárias, existe queda na letalidade das corporações uma vez que o agente é visto de forma positiva e amigável pelo munícipe.
3. O Combate à Desordem Urbana com ações preventivas, de fiscalização e revitalização de regiões.
4. Fiscalizar as águas da cidade, utilizadas como “praia paulistana”, orientando condutores de embarcações e banhistas a fim de garantir a segurança.
5. O encaminhamento e auxílio as pessoas em situação de risco.
6. Enfatizar as ações nas bases territoriais definidas em função dos indicadores de violência e vulnerabilidade, priorizando as medidas de maior impacto para reversão dos indicadores.
7. Avançar na integração dos programas municipais e estaduais em regiões pré-estabelecidas levando a todos a metodologia de ação articulada entre programas municipais, estaduais e federais, com base nos indicadores pré-definidos.
8. Em todos os programas de ação devem ser verificadas as condições territoriais de violência e vulnerabilidade, as metas previstas e instrumentos de acompanhamento e avaliação de resultados.
9. Na implantação do Observatório de Violência, Vulnerabilidade e Criminalidade e do Sistema de Monitoramento Eletrônico, devem ser considerados os indicadores de violência e vulnerabilidade, as necessidades setoriais, a integração e o compartilhamento entre os organismos municipais, estaduais e federais.
10. Priorizar a alocação de recursos municipais, estaduais e federais naquelas regiões consideradas mais vulneráveis e onde a alocação de tais recursos possa trazer impac-

to mais positivo, além de potencializar outras ações em andamento na mesma região.

11. Os programas estruturantes e de logística em desenvolvimento devem observar as mesmas diretrizes de integração setorial, dos diferentes níveis de governo e de políticas sociais afins, bem como a priorização para as medidas que tragam maior impacto no desempenho dos programas de segurança e proteção social.
12. A Secretaria Executiva convidará os membros de Gabinete de Segurança para reuniões específicas dos Grupos de Trabalhos para os temas e programas aqui relacionados, em conformidade com a natureza de cada assunto e com as atribuições de cada organismo.

Principais programa e projetos definidos pelo GGI-M

I – Em bases territoriais definidas:

1. SÃO PAULO PELA VIDA, conjunto de ações realizado em trechos da cidade considerados mais vulneráveis, capazes de contribuir na redução dos homicídios e outros crimes violentos, com medidas preventivas e de repressão qualificada de forma a tornar os espaços urbanos mais seguros.
2. VIRADA SOCIAL, intervenções conjuntas do governo municipal e estadual em comunidade vulneráveis com ações nas áreas de educação, saúde, assistência social, cultura, esportes, infraestrutura urbana e fortalecimento da comunidade.
3. CONTROLE DO ESPAÇO PÚBLICO. Objetivo: contribuir para a promoção da convivência e ocupação adequada dos espaços públicos, afastando a degradação e o vandalismo, uso ilegal, para a prevenção e redução da violência.
4. PROTEÇÃO A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RISCO EM LOCAIS DE GRANDE AFLUXO DE PESSOAS E VEÍCULOS.
Este Programa, conduzido por SMADS e SMSU/GCM estabelece o atendimento e encaminhamento de pessoas em situações de risco, sobretudo as que se encontravam “acampadas” em perímetros considerados vulneráveis e de proteção prioritária.
5. PROTEÇÃO ÁREAS DE INTERESSE AMBIENTAL: A Operação Defesa das Águas consiste em fiscalizar, impedir e desfazer construções irregulares, revitalizar as áreas degradadas assim como orientar investimento sustentável num conjunto de medidas tomadas em comum pela Prefeitura da Cidade e pelo Governo do Estado com a finalidade de proteger os mananciais que abastecem a cidade e outras áreas de interesse ambiental e de risco.

II – Projetos e ações Estruturantes e de Logística

1. **Formular o Plano de Segurança Municipal**, para que todos conheçam as bases e a estratégia de ação conjunta.

2. **Implantar o Observatório de Segurança e Violência**, para que as informações sobre criminalidade, violência e vulnerabilidade, favoreçam o planejamento e as ações preventivas e as operações prioritárias.
3. **Implantar o Sistema de Monitoramento Eletrônico**, como forma de incorporar tecnologia e inteligência em favor da segurança de regiões mais vulneráveis.
4. **Implantar a Central de Emergências da Cidade**, para favorecer a integração e maior rapidez no atendimento das demandas emergências.
5. **Implantar o Sistema de Telecomunicação Integrada**, para viabilizar os acionamentos recíprocos de demandas da população em função das respectivas competências, mais rapidez na pronta resposta e fortalecimentos das ações conjuntas.
6. **Fortalecimento dos Conselhos Comunitários de Segurança**, ampliando a integração da população com os organismos de segurança em favor da prevenção de policiamento comunitário.
7. **Reforçar a Formação e Requalificação dos Agentes**, para maior qualidade nas ações dos agentes, melhor desempenho e eficácia nas suas missões.

DO PLANEJAMENTO A AÇÃO

EXEMPLOS DE AÇÕES PREVENTIVAS REALIZADAS NA CIDADE DE SÃO PAULO:

1. Articulação Comunitária

Foi criada uma rede de comunicação direta com o Núcleo de Assessoria Técnica do Gabinete de Gestão Integrada, para análise qualificada e encaminhamento das demandas dos CONSEGs, com referências da área de segurança para os organismos competentes visando agilizar o atendimento.

Várias reuniões foram feitas com todos os CONSEGs e com grupos regionais para compartilhar informações e ajustar procedimentos e demandas prioritárias.

A Guarda Civil Metropolitana participa de todas as reuniões dos Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEGs) e mantém com os representantes estreita comunicação, sobretudo para as demandas de competência da Prefeitura.

(Secretário de Segurança Urbana, Edsom Ortega e Inspetores Chefes da Guarda Civil Metropolitana durante reunião do Conseg.)



Secretário de Segurança Urbana, Edsom Ortega e Inspetores Chefes da Guarda Civil Metropolitana durante reunião do CONSEG

O Policiamento Comunitário na GCM de São Paulo



A Base Comunitária Móvel aproxima os GCMs da população. Ao lado os novos coletes de policiamento comunitário que seguem os padrões mundiais e permitem melhor identificação do agente

Em uma cidade ampla e diversa como São Paulo muitas comunidades enfrentam graves problemas, como o uso de drogas ilegais e legais (cigarro, álcool, dentre outras), violência de gangues, roubos, furtos e desordem urbana. Tanto o grau e a natureza do crime e mesmo o caráter dinâmico das comunidades fazem com que os organismos de segurança busquem métodos mais eficazes para prestar o seu serviço.

A GCM de São Paulo tem investido esforços no monitoramento e acompanhamento de atividades de articulação comunitária, procurando atuar nos moldes do policiamento comunitário: uma atuação apropriada à nova realidade, considerando mudanças no comportamento das pessoas e com foco no engajamento com os cidadãos.

Considera-se que a tendência da comunicação entre a GCM e a população deve sair do paradigma de “impor espaço” para “conquistar atenção”. Ou seja, os guardas não devem se preocupar apenas em “entregar uma mensagem”, mas sim em “começar uma conversa”.

Nesse ambiente em rápida mudança, o policiamento comunitário tem se firmado como alternativa mais eficiente e eficaz para alcançar-se o monitoramento compartilhado do espaço urbano. Dado que a “capacidade coletiva” é maior que a capacidade das entidades públicas em conhecer cada localidade, é essencial que a GCM se comunique mais e melhor com a população e conheça cada território onde atua, incluindo suas características geográficas, sociais e econômicas, pois assim antecipa-se aos problemas de desordem urbana e atua em caráter eminentemente preventivo.

A atuação nos moldes do policiamento comunitário permite que a instituição angarie informações mais qualificadas sobre os problemas e desafios de cada local. O contato entre os cidadãos e a GCM, ao intensificar-se, gera mais e melhores dados sobre desordem urbana, contribuindo assim para o direcionamento de ações prioritárias da corporação.

Procura-se assim solucionar os conflitos no âmbito da comunidade, interagindo com outros organismos de segurança e da administração municipal, no combate à desordem urbana e à criminalidade, com a colaboração da sociedade, na prestação de informações de interesse da segurança urbana. Em outras palavras, a ênfase na política de articulação comunitária significa um exercício de observar/selecionar, registrar e comunicar os atributos do território, com foco nas ocorrências de desordem urbana, com vistas a aprimorar a capacidade de resposta do poder público, que passa a atuar integrado e em rede.

Como metodologia, a GCM preocupa-se em aproveitar cada ponto de contato, cada interação que tem com o cidadão. Há interações em diferentes momentos, quando se vai ao estádio, caminhando pela rua, em um atendimento, ou encontro comunitário, por exemplo. Existe um “conhecimento da marca” GCM, que deve se traduzir em “consideração” por parte das lideranças locais e comunidades, e então em “experimentação”, ou seja, o acionamento da GCM para responder a problemas de desordem urbana. Uma vez atendida uma necessidade, haverá “re-experimentação”, e então a “lealdade”. O ideal é que essa conversão seja o mais eficiente possível.

Dentre as atividades realizadas, vale mencionar: distribuição de folhetos explicativos, bem como a fixação de banners em locais de grande fluxo de pessoas; Reuniões de sensibilização com as chefias, para que a atuação da GCM seja mais eficaz, em ações de articulação comunitária; Avaliações de resultados, por meio de relatórios, questionários de pesquisa; Capacitação de servidores que ainda não possuem o Curso de Policiamento Comunitário; Divulgação ao público interno, por meio de Procedimento Operacional Padrão – POP de Policiamento Comunitário; Encontros com os líderes de ações locais, associações de bairro, CONSEGs, entre outros; Reconhecimento do desejo dos cidadãos por mais escolha, qualidade e conveniência, buscando-se assim a criação de valor compartilhado entre Guardas e população.

Delegacias Eletrônicas

A Guarda Civil Metropolitana começou a registrar nas suas bases Boletins de Ocorrência Policial pela Internet, por meio da Delegacia Eletrônica da Polícia Civil do Estado de São Paulo.

O projeto, que está sendo testado na Inspeção do Parque Ibirapuera, localizada no interior do Parque, e na Base da Praça Roosevelt, será ampliada para as demais 36 Bases Operacionais da GCM e nas 40 Bases Comunitárias Moveis e Fixas da GCM, o que acontecerá progressivamente, depois de concluído treinamento e orientação dos GCMs para esse fim e incorporados os equipamentos previstos.

No site da Delegacia Eletrônica é possível, por exemplo, elaborar Boletins Eletrônicos de ocorrência sobre furto/perda de veículos, furto/perda de documentos, furto/perda de placa de veículos, furto/perda de celular e desaparecimento de pessoas. Esta iniciativa visa favorecer o cidadão que poderá procurar a unidade da GCM mais próxima para fazer o Boletim Eletrônico da Ocorrência, deixando de ter que percorrer quilômetros, muitas vezes, além de desafogar as delegacias de polícia.

Rede de Mediação de Conflitos



À cima Casa de Mediação da Sé e abaixo Ilustração de como as Mediações são realizadas

O serviço conta com um Comitê formado por representantes das Secretarias Municipais de Segurança Urbana (SMSU), Educação (SME), do Verde e do Meio Ambiente (SMVA), de Direitos Humanos (SMDH), GCM, UMAPAZ, Secretaria Estadual da Justiça/CICs-Centro de Integração da Cidadania, que entre outras atribuições, é responsável pela tomada de decisões como as diretrizes de funcionamento da Rede de Medição e a aprovação de conteúdo do curso de formação. As deliberações do comitê partem da proposta de fazer das Bases da GCM centros de cidadania, na medida em que as Inspetorias Re-

da GCM passam de instalações operacionais para locais de referência nas comunidades onde as pessoas possam resolver os seus conflitos. A população pode obter informações do funcionamento das Casas por meio do telefone 153 da GCM e através do portal <http://www.capital.sp.gov.br/>

Sobre a Casa de Mediação

Por meio da Secretaria Municipal de Segurança Urbana, através da Guarda Civil Metropolitana; Secretaria Especial de Direitos Humanos; Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente – UMAPAZ, e Secretaria Municipal de Educação, o serviço, gratuito e disponível 24h para as comunidades em Unidades da GCM, tem como objetivo mediar relações interpessoais conflituosas, tentando estabelecer uma cultura de paz, auxiliando as pessoas a resolverem seus problemas sem o emprego da força ou da violência. Poderão ser encaminhados às Casas de Mediação problemas tais como: Perturbação de sossego, brigas de vizinhos, queixas de barulhos, intolerâncias, entre outros tipos de conflitos. Fatos considerados como crimes, não comportam mediação. A mediação de conflitos tem objetivo de diminuir o número de encaminhamentos às Delegacias, Prontos-Socorros, Tribunais e a outros serviços públicos, contribuindo para que esses órgãos se concentrem em problemas mais prioritários.

O Secretário Municipal de Segurança Urbana ressalta a importância dos trabalhos que já estão sendo realizados nas Casas de Mediação de Conflitos, por ocasião da inauguração de mais oito delas: “É um trabalho extraordinário, com repercussão muito positiva, um exemplo que deve ser seguido por todos e fortalecido cada vez mais.”

A Prefeitura já capacitou 213 mediadores formados e credenciados para atender à população. O curso tem carga horária de 100 horas, das quais 20 horas são direcionadas a assuntos relacionados aos Direitos Humanos. Além do curso preparatório, o Guarda Civil inicia a sua preparação como mediador já contando com uma carga de 640 horas de formação como GCM e uma média de experiência de 10 anos de profissão. Desde a formação da primeira turma de mediadores, em março deste ano, foram realizadas 174 mediações com um total de 378 pessoas. As salas onde ocorrem as audiências são adaptadas para que as pessoas se sintam confortáveis e tenham a privacidade assegurada. Os padrões de atendimento e procedimento são unificados em todas as Casas de Mediação. As audiências dispensam a presença de advogado.

Na avaliação da Secretaria Municipal de Segurança Urbana, a Mediação de Conflitos permite contribuir de maneira positiva na redução dos indicadores de criminalidade, especialmente homicídios, tentativa de homicídios, agressões, lesões corporais dolosas e ameaças, estas decorrentes em sua grande maioria do tratamento inadequado de pequenas questões de disputa de direitos ou de intolerância presentes no dia a dia das comunidades. Assim, ao mediar, a municipalidade também contribui para o estabelecimento de uma cultura de paz e de tolerância na cidade de São Paulo.

Os princípios da mediação de conflito estão sendo aplicados nas ações de repressão qualificada onde a SMSU e a GCM participam, destacando os exemplos de

retomada de áreas e imóveis decorrente de invasões bem como a notificação preventiva de estabelecimentos comerciais que podem estar com sua situação irregular ou comercializando produtos ilegais.

Os serviços de mediação estão à disposição da comunidade 24 horas. O cidadão poderá obter informações diretamente nas Inspetorias Regionais da GCM, no portal da PMSP, ou por meio do telefone 153. O serviço é totalmente gratuito, não havendo necessidade de advogado, e o sigilo e a privacidade, bem como o voluntariado são garantias oferecidas.

Campanha do desarmamento



A campanha de desarmamento foi tratada no Gabinete de Segurança de São Paulo – GGI-M e incluído desde 2008 entre os temas prioritários a serem levados pelo GGI-M como modo de contribuir para reduzir a violência, a criminalidade e os homicídios na capital. Mas foi em 2009 que o grupo passou a atuar com mais ênfase.

Aproveitando essa Campanha de Mídia, o Ministério da Justiça também realizou a 2ª Campanha de entrega de armas utilizando campanha publicitária. O número de armas entregues durante esse período (2008/ 2009) foi menos expressivo que a campanha anterior, mas permitiu com que o tema desarmamento e violência armada retornassem a pauta da sociedade, pois as taxas de homicídios continuavam em níveis elevados em todo o país.

Em meados de 2009, foi realizada em São Paulo uma ênfase com uma campanha pontual envolvendo o Instituto Sou da Paz, a Igreja Católica e Guarda Civil Metropolitana, produzindo materiais de comunicação próprios, e autonomia para divulgação. Ao todo, 26 Paróquias da Igreja Católica aderiram a esta Campanha e abriram pela primeira vez suas portas para o recolhimento com o apoio de Bases Móveis e agentes da Guarda Civil Metropolitana, com uma Base Comunitária Móvel, onde muitas vezes que recebiam e danificavam as armas de fogo.

Empenhada na Campanha do Desarmamento desde o seu início, a Guarda Civil

Metropolitana atua na cidade de São Paulo com o objetivo de recolher através da entrega voluntária o maior número de armas possível. De agosto de 2009 até novembro de 2012 foram recolhidas 4.823 armas de fogo, o que representa 268 vidas salvas. Em 2013, as 35 Inspetorias Regionais da GCM distribuídas na cidade, estarão preparadas para o recebimento de armas, além da divulgação através de postos itinerantes em locais de grande afluxo de pessoas e em outros eventos de grande porte.

Desde 2011, a Campanha funciona do seguinte modo: é garantido o anonimato para quem entregar a arma; a inutilização do material no ato da entrega; e a agilidade no pagamento da indenização (que pode ser sacada após 24 horas no Banco do Brasil) mediante a retirada do boleto/voucher diretamente nas 34 Inspetorias da Guarda Civil Metropolitana que atualmente fazem o recolhimento. O Ministério da Justiça está realizando o cadastro e credenciamento dos postos para que possam emitir os boletos.

O cidadão que possua uma arma de fogo seja REGISTRADA ou NÃO REGISTRADA, pode entregá-la voluntariamente sem qualquer tipo de preocupação, pois não haverá qualquer investigação em relação a origem da arma ou ao seu portador. A indenização varia de R\$ 100 a R\$ 300, de acordo com o modelo da arma.

Importante

Antes de entregar a arma, o interessado deve preencher uma Guia de Trânsito, que pode ser obtida no site da Polícia Federal <http://www.dpf.gov.br/institucional/campanhas/> a qual permite e autoriza que a arma seja transportada de sua casa até o posto de entrega sem qualquer implicação criminal, valendo lembrar que sua validade é de apenas um dia. Já de posse da guia a arma deve ser descaracterizada, ou seja, desmontada, quando possível, e sem munição. Sugerimos que a arma e as munições sejam embrulhadas separadas, em jornal, e colocadas numa caixa de sapatos, para o transporte até o posto de recolhimento mais próximo de sua residência.

No ato da entrega o interessado receberá uma via da ficha de indenização, onde deverão constar seus dados bancários para tal finalidade, a qual deve ser guardada para fins de comprovação, inclusive a de que a arma foi entregue.



À cima ação da Guarda Civil durante o carnaval para incentivar a entrega de armas



Destruição das armas arrecadadas em frente a Superintendência da Polícia Federal, em São Paulo



Um dos postos da Guarda Civil Metropolitana para a entrega de armas

Crescimento da entrega de armas

O crescimento no recolhimento das armas nos últimos dois anos deve-se à criação do Comitê do Controle de Armas e Desarmamento. Com a implementação do Plano do Controle de Armas e Desarmamento e a criação do Comitê, o número de armas entregues voluntariamente na cidade de São Paulo praticamente dobrou. Vale ressaltar que a capilaridade dos postos fixos de recolhimento de armas aumentou, de 31, nas inspetorias da GCM passando de 88 locais em 2010, para 173, em 2012. Nesse período todas as Inspetorias da Guarda Civil Metropolitana passaram a ter postos para recolhimento de armas.

A iniciativa de criação do Comitê do Controle de Armas e Desarmamento, pioneiro no Brasil, surgiu de uma pesquisa do Instituto Sou da Paz sobre a política de desarmamento praticada no Brasil. Desse estudo surgiu o projeto de criar um grupo local

que pudesse convergir esforços, experiências e competências para reduzir o número de homicídios na cidade de São Paulo. Hoje, as práticas e experiências do Comitê já estão sendo compartilhadas com outros Estados.

Destaque também para os avanços como a redução de estoques de armas vinculadas a processos mantidas sob a guarda do Poder Judiciário que muitas vezes retornavam às mãos de criminosos após roubos e furtos praticados nos fóruns. Neste ano, 1.982 armas e 22.989 munições foram encaminhadas e destruídas pelo Exército. As armas que serão utilizadas como provas nos julgamentos são mantidas em posse da Polícia Militar.



Campanha das religiões unidas pelo desarmamento.



Engajamento com a sociedade civil: Acima, semana do desarmamento infantil, na qual crianças trocavam suas armas de brinquedo por Gibis.

Em três campanhas concentradas para o recolhimento de armas em parceria com os Centros de Integração da Cidadania, entidades religiosas e da sociedade civil, que resultaram em 271 armas entregues e mais de 2 mil munições entregues em 9 dias. Essa iniciativa demonstra a importância do trabalho integrado desenvolvido pelo Comitê ao aliar ao processo organismos que não sejam apenas das forças de segurança.

Ato Pela Vida

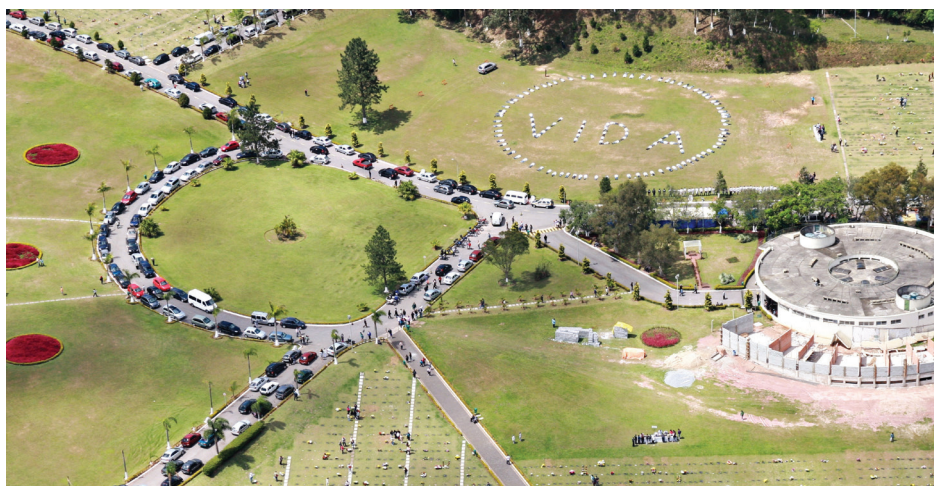


Imagem aérea da ação de conscientização no dia de finados, no cemitério dos Girassóis

A Secretaria Municipal de Segurança Urbana, através da Guarda Civil Metropolitana e integrantes da Campanha de Desarmamento realizaram em 2011, no dia de Finados, o “Ato pela Vida”, uma ação que visou simbolizar as 177 vidas poupadas/salvas até o momento, graças ao recolhimento das armas. No ato, 177 pessoas vestidas de branco deitaram sobre as “lápides” no gramado do Cemitério Parque dos Girassóis - Zona Sul de São Paulo, formando a palavra vida, simbolizando as pessoas que estariam mortas não fosse a Campanha de Desarmamento. Houve toque de silêncio em homenagem as vítimas da violência, entoado por integrante da Banda da GCM. A formação foi feita em favor da campanha para estimular que mais pessoas entreguem voluntariamente suas armas.

Em seguida o Secretário Municipal de Segurança Urbana, Edsom Ortega depositou uma coroa de flores na lápide do GCM Classe Distinta, Osvaldo Franco de Moraes Neto, morto em 25/11/1989. Ele trabalhava na Inspetoria de Santo Amaro e foi alvejado por ladrões na estação ferroviária local. O Secretário do Verde Eduardo Jorge também visitou o jazigo do CD e destacou a importância do trabalho da GCM na campanha de desarmamento, registrando que ela foi uma das poucas instituições no país que não interrompeu a campanha de desarmamento.

Divulgação em eventos

A GCM também trabalhou na divulgação da Campanha por meio de releases para a imprensa, além da entrega de material gráfico nos postos de recolhimento e campanhas publicitárias em grandes eventos da cidade, por exemplo, durante o desfile do carnaval de 2010.

EXEMPLOS DE AÇÕES DE REPRESSÃO QUALIFICADA REALIZADAS NA CIDADE DE SÃO PAULO:

Combate a Desordem Urbana

A desordem urbana é o grande catalisador da sensação de insegurança pública e a geradora das condições que propiciam a prática de crimes e ilícitos. Essas situações afastam os moradores e as pessoas destas regiões, contribuindo para a sua degeneração, desocupação e redução das atividades econômicas.. Os principais fatores que contribuem para esse fenômeno são: Descarte irregular de lixo e entulho, uso irregular do espaço público por moradores em situação de rua, dependentes químicos e vendedores ambulantes; pichação e depredação dos imóveis, iluminação pública deficiente, prostituição e mendicância, perturbação do sossego e poluição sonora; construções irregulares entre outros.

Algumas medidas adotadas pela Prefeitura visam combater o problema, algumas já foram concluídas, conforme os exemplos a seguir.

Combate ao descarte ilegal de lixo e entulho

Em parceria com a Secretaria de Serviços e Limpurb a GCM foi credenciada para notificar comerciantes, transportadores e pessoas que jogam lixo e entulho de forma irregular, gerando multas de até R\$ 13 mil e apreendendo veículos e máquinas utilizados nos despejos. A corporação também realiza trabalho educativo, orientando o cidadão comum a colocar o lixo na rua nos dias e horário estabelecidos. Os chamados “pontos viciados” foram georeferenciados e, num trabalho articulado com as subprefeituras, estão sendo coibidos os despejos ilegais com ação educativa e sanções pontuais.



Pontos viciados de descarte de entulho e Flagrantes da GCM durante operação fiscalizatória



Revitalização do CEAGESP – Operação Caixaria

Operação coordenada pelo Gabinete de Gestão Integrada - GGI retirou três milhões de caixas em 26 caminhões. Foram vistoriados e apreendidos em flagrante 25 caminhões e 24 responsáveis pelo negócio foram conduzidos ao Distrito Policial, qualificados, notificados e responderão administrativa e criminalmente. O Ministério do Trabalho também abriu processo para aplicar sanções aos responsáveis pela exploração dos trabalhadores naquele local. A Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente coletou amostras das caixas de madeira e abriu processo para apurar crimes contra o Meio Ambiente e a Secretaria Municipal de Vigilância Sanitária, igualmente, coletou informações e provas e convocará os envolvidos, que poderão ser responsabilizados por crimes contra a saúde pública. Agentes da autoridade Municipal de Limpeza Urbana (Amlurb) receberam as autuações realizadas pela Guarda Civil para os 25 caminhões e seus proprietários, que receberão multas de R\$ 13 mil cada um. A Secretaria Estadual da Fazenda e a Secretaria Municipal de Finanças, também presentes na operação, colheram informações e provas dos responsáveis pelos ilícitos de sonegação fiscal e abriram processo para responsabilizar os envolvidos. Foram apresentadas fotos do antes e depois das ruas após o início da operação.

Os participantes relataram o quanto sofreram com esta situação na região, com os ilícitos e a violência decorrentes e a disposição de se unirem para revitalizar a região e apoiar a administração para que este comércio irregular nunca mais volte.

A operação conjunta envolveu mais de 150 agentes de 15 órgãos públicos do município e do estado de São Paulo, entre eles: Agentes da Subprefeitura da Lapa, Secretaria Municipal de Segurança Urbana, da Guarda Civil Metropolitanos (IOPE/Guarda Ambiental e IR LAPA), Policiais Militares e Civis, Corpo de Bombeiros, auditores das Receitas Municipal e Estadual, da Vigilância Sanitária, Covisa, agentes da Secretaria do Verde e Meio Ambiente, da Assistência Social, PROCON, Conselho Tutelar, CET e SP-TRANS. “Não se trata apenas de uma ação de retirada e coibição de venda das caixas na região do Ceagesp, estamos combatendo a raiz do problema e que envolve dezenas de outros crimes, todos mapeados pelas áreas de inteligência da Polícia e da Guarda Civil Metropolitana e numa operação integrada.”, disse o Secretário de Segurança Urbana ao comentar um problema que foi crônico por décadas.



Avenida Professor Ariovaldo da Silva



Antes

Depois

Rua Bruno Bauer



Antes

Depois

Rua Hassib Mofarrej



Antes



Depois

Ruas no entorno do CEAGESP revitalizadas – 467 árvores estão sendo plantadas no lugar das caixarias.



Operação Contra Perturbação do sossego



Ao lado medidor de decibéis para medir a intensidade de som nas operações.

Dezenas de ações conjuntas das Subprefeituras, PSIU, GCM e Polícias são realizadas semanalmente para atender as queixas de perturbação do sossego. Particularmente em relação aos chamados “pancadões”, que tinham sido reduzidos, voltaram nos últimos meses, sobretudo em algumas regiões da cidade como Zonas Leste e Sul. Foram mapeadas pela área de inteligência e estão sendo objeto de intervenção pontual, promovendo apreensões antes de se formar as grandes aglomerações, para evitar conflitos e confrontos. Ao mesmo tempo está sendo fomentada a divulgação de alternativas de entretenimento, lazer, cultura e esportes nestas regiões, com melhor uso dos equipamentos existentes e em estabelecimentos dentro da lei.

Estão avançados os entendimentos para que agentes da Guarda Civil Metropolitana e da Polícia Militar possam ser credenciado a fazer medição do som com Decibilmetro e, com isso, favorecer a fiscalização, a orientação preventiva, num trabalho de mediação e, se preciso, a notificação dos reincidentes.

Nova Luz – Combate ao Crack e tratamento aos dependentes

A abordagem do temas “pessoas em situação de rua” e usuários de drogas foi um dos temas priorizados pelo Gabinete de Gestão Integrado, tendo sido constituído um Grupo Técnico coordenado pela Secretaria de Participação e Parceria.

A Operação Centro Legal, na região da Nova Luz, é uma continuidade dos trabalhos da Ação Integrada Centro Legal, iniciada em 2009. Os trabalhos atuais são, portanto, uma evolução a partir das experiências anteriores e foram estudados e preparados a partir de reuniões com os órgãos e setores envolvidos.

A operação é uma ação integrada entre o Estado e o Município para resgatar as pessoas em estado de vulnerabilidade, combater o tráfico e criar um ambiente propício para as ações sociais. Um dos objetivos da operação é identificar o traficante que se infiltra entre os usuários visando tirar proveito da situação, sendo que até novembro 2012, 852 pessoas já foram presas pelas polícias e GCM, além de 175 condenados capturados.

Houve a apreensão de 16 mil pedras de crack e 62 quilos de maconha e cocaína. As equipes da GCM, Saúde e Assistência social fizeram mais de 150 mil abordagens as pessoas em situação de risco que estão na região, cerca de 93 mil atendimentos. A rede de proteção social também proporcionou o encaminhamento de mais 33 mil pessoas aos atendimentos sociais e de saúde e 1.363 internações.

No início deste ano de 2012 foi inaugurado o Complexo Prates, destinado sobretudo aos moradores em situação de rua da região da Nova Luz e dependentes de crack, álcool e outras drogas. Trata-se de um equipamento de assistência social ligado à Saúde, que funciona como porta de entrada dos usuários nos serviços da rede sócio-assistencial. Ele possui uma área de 11 mil m², e conta com um Espaço de Convivência, com capacidade para atender até 1.200 pessoas por dia, um Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (Abrigo), com 20 vagas, e um Centro de Acolhida (Albergue), com 120 leitos. A Secretaria Municipal de Saúde também instalou no local uma AMA (Assistência Médica Ambulatorial) e um Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD), ambos com funcionamento 24 horas, com mais de 120 profissionais de saúde e 11 leitos para observação e internação emergencial.



Fachada Complexo Prates



Instalações internas do Complexo Prates



Imagem: Folha de São Paulo



Os traficantes aproveitavam - se das pessoas doentes com o vício do crack para vender drogas em locais insalubres que após a Ação Integrada Centro Legal foram demolidos e/ ou reaproveitados. Ao lado e acima funcionários da Prefeitura atuavam no local.



Revitalização da Nova Luz e colocação de Gradil. Acima GCM encaminha pessoas em situação de risco ao equipamento municipal.

NOVOS EQUIPAMENTOS PARA TRATAMENTO

A Rede de Atendimento Especializada para tratamento de usuários de drogas foi reforçada com a Criação da Clínica SAID – Serviço de Atendimento Integral a Drogas, localizado no bairro do Ipiranga, dotado de 90 vagas com atendimento integral sofisticado.

Também foram inauguradas 10 residências terapêuticas especiais, com um total de 100 vagas, para as pessoas que evoluem no seu tratamento e não possuem residência ou condições favoráveis para voltar a sua família.

A Secretaria de Participação e Parceria, coordenado pela COMUDA, Cordenação de Atenção às Drogas, instalou 5 Moradias Assistidas para (reinserção das pessoas oriundas da área de conforto de uso do crack do centro de SP, usando da metodologia 100% abstinência para 60 moradores) abrigar pessoas que estão fases avançadas no seu tratamento a dependências química.

A Secretaria de Assistência Social, além de implantar as seis “Tendas” de acolhimento inicial de pessoas em situação de rua, concretizou convenio com a Fazenda Esperança, em Bragança Paulista, oferecendo 100 vagas para pessoas dependentes químicos que estão em estagio compatível com aquele equipamento.



Pessoas em situação de Rua “acampadas”

Este é um problema para a área da Segurança Urbana por envolver questões de Desordem Urbana, com depredação de patrimônio público, vandalismo, furtos, roubos, intimidação de transeuntes e motoristas e também exposição da pessoa a situação de risco. Muitos dos lugares escolhidos para “acampar” são de uso da população e, portanto, surge a primeira razão para que não permaneçam, tais como ponto de ônibus, entradas de estabelecimentos comerciais e de residências, acessos a equipamentos públicos, praças da cidade. Outros lugares predominantes são às margens ou em canteiros de avenidas, marginais e ruas de grande movimento, que se constituem local de risco para a pessoa, de acidentes, apedrejamento e, em muitos casos, são locais de incidência de assaltos a motoristas em momentos de lentidão no trânsito.

De outro lado está presente o problema social e de saúde, quando estas pessoas são orientadas das alternativas que possuem de abrigo e tratamento especializado. A Secretaria de Segurança Urbana atua de forma integrada com outras Secretarias afins, tema que é tratado em Grupo específico do GGI-M.

A Guarda Civil Metropolitana possui Procedimento Operacional Padrão – POP, com profissionais treinados para abordagem e encaminhamento destas pessoas. Diariamente a GCM é acionada pela população pelo seu número 153 ou nas bases locais para abordar estas pessoas em situação de rua que estão em locais que geram conflitos com setores da população.

Predomina entre as pessoas em situação de rua o perfil das que possuem problemas de drogadição, problemas mentais, desagregação familiar e violência doméstica. Boa parte não apresenta documentação pessoal por terem pendência com a polícia ou com o judiciário. A GCM passou a solicitar a identificação e encaminhar para legitimação e retirada de novo documento, sobretudo nos trechos da cidade com incidência de assaltos e outros ilícitos.

Muitas das pessoas em situação de rua são oriundas de outras cidades e estados se afastaram de suas famílias geralmente pelas razões do seu perfil pessoal e acabam formando “famílias” nas ruas, onde se prove de tudo o que precisa no momento, que os induzem a não aceitar atendimento e abrigo social.

É um dos mais importantes desafios para os administradores municipais pois envolve Segurança Urbana, Segurança Pública e reinserção social, com Assistência Social, Saúde, alternativas de trabalho e renda, entre outras políticas sociais.



Abordagem da GCM a pessoas em situação de risco, na ação onde é oferecido auxílio da Prefeitura

DISTRIBUIÇÃO DE COMIDA E ALIMENTOS NAS RUAS

A distribuição de alimentos nas ruas por organizações não governamentais e pessoas físicas é comum há décadas, é identificado como uma ação de benemerência que muitos se dedicam com afinho e com méritos importantes.

Diferentemente do que ocorria no passado, hoje o poder público oferece muitas alternativas de alimentação a pessoas em situação de rua ou em situação de carência social, seja em abrigos e entidades sociais, seja nos restaurantes públicos populares onde se come por UM REAL alimentação de qualidade.

As políticas sociais oferecem ampla gama de apoios e orientação social com a oportunidade da oferta de alimentação.

No entanto, algumas entidades e pessoas continuam entregando alimentação em alguns trechos da cidade. Se de um lado representa um gesto social importante de outro gera conseqüências desconhecidas por muitos. Dentre elas, a mais grave é o surgimento de traficantes aliciando as pessoas que se agruparam para receber alimento nas ruas fazendo muitos tornarem seus “clientes” e dependentes. A polícia civil e a GCM já prenderam vários traficantes nestas situações. Outra conseqüência é a situação de desordem, com lixo e entulho que acabam jogados nas calçadas e praças. Os registros mostram ainda a inadequação da forma como esta alimentação é oferecida, em muitos casos, não observando regras básicas de saúde pública como preparo, transporte e distribuição, que são feitas, na maioria das vezes, de forma precária, insalubre e sazonal. São comuns situações, onde quando chove e faz muito frio, a alimentação não ser distribuída. Tudo isso sem falar da perda da oportunidade de se oferecer, naquele momento, outros apoios sociais de reinserção, como é feito nas instalações das entidades ou do poder público.

Uma ação do Grupo de Trabalho do Gabinete de Gestão Integrada proporcionou conversações com as entidades e pessoas envolvidas quando foi compartilhado com elas o diagnóstico e o desafio de fazer a entrega de alimentos nas entidades sociais ou em locais adequados e com o aparato digno, atendendo as normas sanitárias e sociais. O resultado foi muito positivo. Até setembro, das quarenta e oito entidades identificadas originalmente, treze passaram a entregar os alimentos em locais proporcionados pela Assistência Social, outras vinte e duas passaram a entregar nas suas próprias instalações, tendo restado onze entidade e duas pessoas físicas que as tratativas ainda estavam em andamento.



Outras ações da GCM para Proteção da cidade e da população e Combate à Desordem Urbana

Programa de Proteção Escolar



- Proteger o ambiente escolar (1723 escolas e seu entorno com permanência de viaturas, proteção telefônica e policiamento fixo (77 escolas).
- Proteger o equipamento escolar e a integridade física de professores, alunos, pais de alunos, agentes públicos e outros usuários
- Colaborar com a segurança do trânsito nas proximidades em favor dos pedestres
- Fiscalizar o comércio ambulante, a desordem urbana no entorno da escola, o comércio de bebidas alcoólicas e jogos ilegais nos estabelecimentos da região e contribuir para a redução e eliminação dos fatores relacionados à violência e à criminalidade

Proteção ao Patrimônio Público



Base da CGM no Parque do Ibirapuera ao lado patrimônio histórico no Largo São Francisco



Imagem retirada do site Baixaki

Organizar a proteção ao patrimônio público diretamente ou em articulação com outros meios que podem ser viabilizados pelos organismos municipais para evitar ocorrências de danos ao patrimônio imobiliário/monumentos, equipamentos, estruturas, instalações e patrimônio vinculado a serviços e atividades de responsabilidade do município

Diariamente a Guarda Civil atua nesta tarefa, muitos de forma sistematizada, diariamente, fixo no local ou com proteção de permanência periódica ou proteção telefônica ou eletrônica. O diagnóstico de cada caso indica a sistemática recomendada.

Um exemplo recente de proteção do patrimônio histórico foi uma ação realizada no Largo São Francisco, na região central da cidade, onde um grupo de pessoas em situação de rua resolveu acampar montando barracas grudadas nas paredes do prédio da Faculdade de Direito da USP.

Depois de varias abordagens pelos agentes sociais que não tiveram sucesso na oferta de assistência e abrigamentos, o caso tornou se motivo de conflito na comunidade da região e da universidade, onde uns defendiam o direito deles ali permanecerem e outros inconformados pela agressão ao patrimônio histórico, às intimidações a que estavam diariamente sujeitos, pois muitos tinham sido assaltados nas proximidades, e ao fato de



CGM na Estação Júlio Prestes

Os técnicos e organismos afins do Gabinete de Gestão Integrada de Segurança, depois de dialogar com os setores envolvidos realizou nova ação de apoio social e, na seqüência, realizou ação de zeladoria para limpeza e recuperação do local, não tendo permitido a sua reocupação. Os agentes da Subprefeitura e da Limpurb atuaram com o apoio da Guarda Civil Metropolitana que orientaram os moradores de rua e depois fizeram a preservação do local para evitar que fosse reocupado e novamente depredado. Toda a operação foi filmada para evitar acusações de violência e truculência que muitas vezes surgem em situações de conflitos entre diferentes movimentos políticos.

Proteção ao agente público



Proteger o servidor público que exerce atividades em locais ou regiões de risco para o cumprimento das suas atribuições, aumentando a sensação de segurança, preservando sua integridade física e a dos equipamentos municipais, assim como garantir a execução dos serviços da administração pública.

Os maiores demandantes da GCM para sua atividades são os agentes vistoristas da prefeitura que fazem interdição de estabelecimentos e imóveis ilegais e em feiras livres, os agentes da Secretaria de Transportes que fiscalizam taxis clandestinos, os agentes da Zeladoria das subprefeituras que precisam promover a limpeza dos espaços públicos e praças, os agentes da LIMPURB na fiscalização de transporte de lixo e entulho irregular e nos grandes eventos no apoio aos diversos agentes em atuação.



Pessoas em situação de Risco



Acima GCM aborda pessoa em situação de risco. Abaixo os GCMs participam de atividades nas tendas de assistência social



- Atuação integrada à Rede de Proteção Social, formada pelas Secretarias de Segurança Urbana, de Assistência e Desenvolvimento Social, de Saúde, de Participações e Parcerias, Subprefeituras, Conselho Tutelar e Conselhos Comunitários de Segurança, SAMU, Polícias Civil e Militar e organizações sociais, objetivando a abordagem e o encaminhamento adequado para cada caso e situação de vulnerabilidade encontrada, além de criar ações preventivas.
- Contribuir para diminuir e evitar a presença de pessoas em situação de risco nas vias e áreas públicas da cidade e locais impróprios para permanência saudável das pessoas, assim como coibir atos de vandalismo e outro delitos que venham a ser cometidos.

Programa de Proteção Ambiental

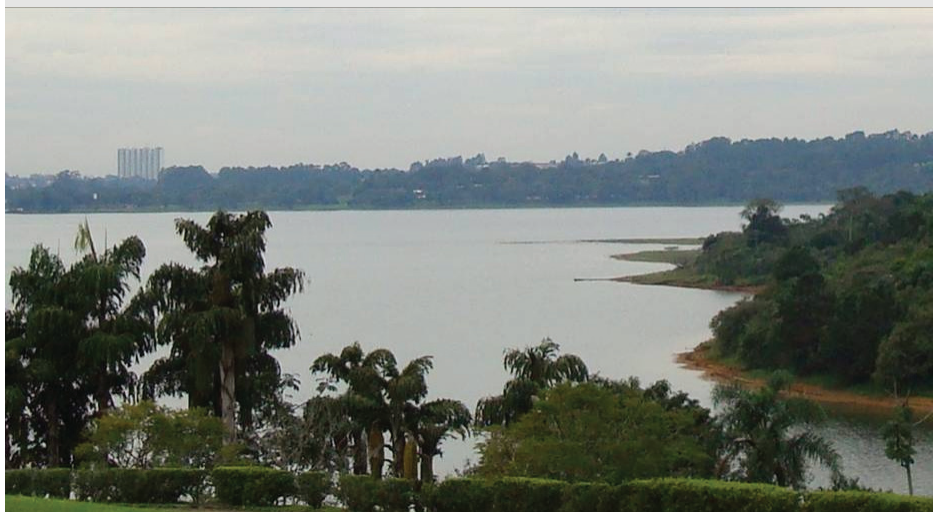


Para atuar na Operação Defesa das Águas, Programa de Proteção Ambiental a prefeitura criou a Guarda Ambiental em 2007, braço da GCM, que começou com 90 homens e atualmente possui um efetivo de 425 guardas, que se eleva em função das necessidades dos parques e áreas de interesse ambiental. A corporação desempenha o trabalho de fiscalização e controle das áreas prioritárias de preservação do município. Ela realiza o monitoramento dos 135 perímetros ambientais, Parques Municipais e Lineares, além de prestar apoio às ações de desfazimentos em áreas de risco e na coibição de descarte irregular de lixo e entulho.

Hoje, a Guarda Ambiental conta com 46 pick-ups 4X4 e outras viaturas comuns, 4 barcos, além de vôos semanais de helicóptero. Vale ressaltar que mais de 300 ocorrências foram constatadas através de mais de 150 sobrevôos realizados.



Operação Defesa das Águas



Criada em março de 2007, a partir de um conjunto de medidas tomadas pela Prefeitura de São Paulo e o Governo do Estado, a Operação Defesa das Águas busca proteger, recuperar e urbanizar as áreas de mananciais na Cidade, com foco na fiscalização para conter as invasões dos mananciais e áreas de interesse ambiental que ficaram sem controle por décadas.

Participam da operação, representando o Estado, as Secretarias da Segurança Pública (Polícia Militar e Polícia Civil), Saneamento e Energia (Sabesp e EMAE), Habitação (CDHU) e Meio Ambiente (CETESB). Da Prefeitura participam as Secretarias Segurança Urbana, de Governo, Habitação, Verde e Meio Ambiente, Coordenação das Subprefeituras, Guarda Civil Metropolitana e Guarda Ambiental.

As atividades de fiscalização integrada tiveram início na região das represas Guarapiranga e Billings, na Zona Sul. Depois foram estendidas à Serra da Cantareira, na Zona Norte e posteriormente à Zona Leste, na várzea do rio Tietê (Jardim Helena, em São Miguel Paulista), São Mateus e outros perímetros.

Relatos da Fiscalização e controle

Ao todo a cidade conta com 135 perímetros prioritários, que somam mais de 70 milhões de quilômetros quadrados (o equivalente a 50 parques do Ibirapuera). Ao longo da operação, mais de 50 mil blocos de construções irregulares foram apreendidos e cerca de 70 fábricas de blocos e depósitos de materiais, instalados irregularmente nas áreas de proteção, foram fechadas.

As ações nas áreas de interesse ambiental somaram 19.622 ocorrências, 6.143 notificações e 549 multas aplicadas pela SVMA, totalizando R\$ 3.879.733.971,15. Já a

Militar Ambiental registrou 1.335 autos de infração e a Polícia Civil Ambiental instaurou 2.063 inquéritos ambientais.

Em 68 meses de Operação Integrada, foram feitas 121.560 rondas pela GCM em perímetros, 13.833 desfazimentos de construções irregulares, sendo 9.426 em áreas de interesse ambiental, e 4.407 em áreas de risco, aquelas em que não é recomendada a construção ou manutenção de moradias, devido ao seu alto grau de periculosidade. Ainda foram realizados mais de 1.000 desfazimentos em áreas públicas e privadas, de interesse ambiental fora dos perímetros de controle, o que totaliza quase 15 mil desfazimentos neste período.

Segundo o Secretário de Segurança Urbana de São Paulo e Coordenador da Operação, a Operação Defesa das Águas serve como referência para outras regiões do estado. “Começamos com 8 perímetros prioritários para a fiscalização e controle e hoje já estamos com 135, em 68 meses de operação. Por isso a importância de compartilhar informações, transmitir os bons resultados que conquistamos e, principalmente, levar esse trabalho adiante com os aprimoramentos que forem necessários”.

Investimentos

Ao todo, a orla da Guarapiranga conta com 13 parques lineares, sendo que cinco deles já foram entregues - 9 de Julho, Hípico, São José, Herculano e Barragem; quatro concluíram a 1ª fase de obras - Castelo, Atlântica, M' Boi Mirim, e Praia do Sol; e quatro estão em andamento - Ribeirão Caulim, Praia São Paulo, Prainha e Urbana Riviera. Na orla da Guarapiranga foram derrubados perto de 6 mil metros de muros e substituídos por gradis, construídos 5.400 m de ciclovia e 9.200 m² de calçadas ecológicas.

Na Orla da Billings foram investidos R\$ 170 milhões em obras de urbanização e construções habitacionais. Também foram criados parques lineares às margens da represa, como o Guanhembu, o Shangrila e o Cantinho do Céu, para evitar futuras ocupações.

Já na Borda da Cantareira, está prevista a implantação de 8 parques, que somarão 18 milhões de m². Entre eles: Bispo, Canivete, Bananal Itaguassu, Perus, Pinheirinho D'água, Taipas, Vila Albertina e Tremembé, que serão feitos com base no traçado do Rodoanel.

O projeto Várzea do Tietê permitirá a proteção definitiva daquela região, evitando inundações na marginal e em outros bairros da cidade, e se constituindo também numa grande alternativa de esporte e lazer para a população da Zona Leste. O parque se estenderá de São Paulo a Salesópolis, totalizando 230 km de extensão, sendo 25 km só na cidade de São Paulo, abrangendo São Miguel, Penha e Ermelino Matarazzo. Mais de 2.775 construções irregulares já foram demolidas e as famílias transferidas para outras soluções habitacionais. Também já foram implantados 9 Km de ciclovias, além da construção do Parque Jacuí.

Operação Defesa das Águas e a Comunidade

Desde o início, um amplo trabalho foi desenvolvido para esclarecer e orientar a população sobre a abrangência da Operação Defesa das Águas. Além de reuniões com as

áreas em que são proibidas construções, foram instaladas 1.500 placas de advertência, com indicações de disk-denúncia. Boletins, cartilhas e panfletos explicativos também foram distribuídos regularmente à população.

com indicações de disk-denúncia. Boletins, cartilhas e panfletos explicativos também foram distribuídos regularmente à população.

O Secretário de Segurança Urbana ressalta a importância do envolvimento da sociedade. “Não é possível fazer fiscalização só com policiamento. É preciso envolver a comunidade. O envolvimento dela é o que faz a operação dar certo. A maior parte das denúncias que recebemos vem da própria população. Isso é muito significativo”.

Despoluição

Desde 2007, 4.100 metros cúbicos de resíduos já foram retirados da represa da Guarapiranga, num trabalho permanente feito pela Secretaria de Saneamento/SABESP, pela Limpurb e pelas subprefeituras. Em breve, este trabalho começará a ser implantado também na represa Billings.

A Sabesp e a Prefeitura também iniciaram as obras de despoluição de sete córregos que abastecem a represa Guarapiranga. Deles são retirados 1.600 litros de esgoto por segundo, volume correspondente ao esgoto gerado por 800 mil pessoas. Ao todo, são mais de R\$ 900 milhões que estão sendo investidos pela Secretaria Estadual de Saneamento, a Sabesp, a SMA e a Prefeitura de São Paulo em coleta e tratamento de esgotos da Zona Sul.

Prefeitura e Marinha assinam convênio para fiscalização conjunta



O prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, assinou em conjunto com a Marinha do Brasil, um convênio para regularizar a fiscalização na represa Guarapiranga, definida pelo Decreto nº 53.538, de 14 de Novembro de 2012. O objetivo do convênio, assinado no Yacht Clube Santo Amaro, é garantir a segurança dos praticantes de modalidades náuticas e banhistas que frequentam o local.

“Esse convênio traz mais segurança, não apenas para os usuários dos equipamentos aquáticos, mas para toda população que escolheu essa área para atividade de lazer com os seus familiares”, disse o prefeito. Ele também destacou que a assinatura do contrato integra o Plano Diretor especial para a represa, apresentado 8 anos atrás. “Esse plano avançou e nós conseguimos liberar para a população uma grande área que antes era indevidamente ocupada”, completou.

A fiscalização da represa Guarapiranga será integrada e envolverá agentes das Guardas Civil e Ambiental, da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, e das subprefeituras da região.

“A Marinha vai capacitar agentes da Guarda Civil e das Subprefeituras. Dessa forma, eles poderão notificar infratores na região da represa, o que antes não era possível. Além disso, também vamos colaborar na implantação de postos de fiscalização náutica no entorno”, completou o comandante do 8º Distrito Naval.

Esse convênio facilita a orientação da população e a fiscalização por parte da GCM, principalmente em relação ao trabalho preventivo, que é extremamente positivo. Mais de 10 mil boletins foram distribuídos por agentes da guarda que trabalham na região. Eles orientam os banhistas, como também pessoas que utilizam embarcações para manter uma distância segura da margem.

Condução de Embarcações



Ao lado Guardas Civis Metropolitanos formados no curso “Condução de Embarcações do Estado no Serviço Público – ECSP”

Esse ano, 10 agentes da Guarda Civil Metropolitana concluíram o curso “Condução de Embarcações do Estado no Serviço Público – ECSP”, além de outros 13 que já possuíam credenciais para pilotar embarcações de pequeno e médio porte. O uso desses veículos será feito durante as ações de fiscalização e proteção ambiental, assim como na conscientização e educação dos praticantes de esportes náuticos. A meta é fazer com que sejam cumpridas as regras de segurança do Tráfego Aquaviário e seja preservada a integridade física dos banhistas na represa. Hoje, a GCM já conta com 3 embarcações de pequeno porte e uma de médio porte, e há perspectivas de ampliar esse número.

Controle do Espaço Público e Fiscalização do Comércio Ilegal

- Controlar o espaço de uso público, fiscalizar e coibir o comércio ambulante irregular em perímetros definidos com as Subprefeituras, de acordo com as diretrizes e prioridades estabelecidas pela SMSU e Secretaria de Coordenação das Subprefeituras
- Desobstruir calçadas, praças e outros espaços públicos de qualquer uso não permitido e autorizado, aumentando a acessibilidade, as condições de segurança e o respeito à legislação vigente, articulado com as Subprefeituras
- Combater o comércio de produtos ilegais, falsificados contrabandeados e de origem duvidosa, não só nas ruas, mas também em estabelecimentos. Entre dezembro de 2010 e junho de 2012, mais de 70 milhões de produtos ilegais, sendo 50 milhões em estabelecimentos comerciais, avaliados em 2 bilhões de reais além de 20 milhões de produtos ilegais apreendidos nas ruas.

Praça Floriano Peixoto (Santo Amaro)



Antes



Depois

Largo da Concórdia (Brás)



Antes



Depois

Quintino Bocaiúva (Centro)



Antes



Depois

Convênio para reforçar o combate ao comércio ilegal

A Prefeitura de São Paulo e o Ministério da Justiça assinaram no final de 2009 um convênio para implantar o programa “Cidade Livre de Pirataria e do Comércio Ilegal” em São Paulo, primeira cidade a recebê-lo no Brasil. A assinatura foi feita pelo prefeito de São Paulo e pelo então secretário-executivo do Ministério da Justiça, Luiz Paulo Barreto, na sede da Prefeitura.

“Se há algo nocivo às cidades é o comércio ilegal. Milhões de empregos deixam de ser gerados e bilhões de reais em impostos não são recolhidos. Com esse convênio, agora, temos a ação em conjunto com a Justiça, muda a questão jurídica”, afirmou o prefeito, que explicou que o convênio favorece desde a ação integrada dos órgãos fiscalizatórios municipais e federais até a mudança de leis federais para facilitar a apreensão de material ilegal.

A iniciativa trouxe incentivos à Prefeitura para reprimir crimes de pirataria e regularizar comerciantes, para que passem a oferecer à população apenas produtos originais. Além de uma fiscalização mais rigorosa, o programa também atua de forma educativa.

Definição do Plano Conjunto



Viaturas dos parceiros nas Operações de Combate à Pirataria, Contrabando e Sonegação Fiscal (Fotos: SMSU)

O grande desafio foi integrar a participação e subsídios de todas as autoridades com conhecimento e pertinência de atribuições no combate ao comércio ilegal em todas as suas formas. Esta medida foi fortalecida através do envolvimento do Prefeito e do Coordenador Executivo do GGI, que sempre esclareceram não se tratar de uma ação somente da Prefeitura, e sim de todos os níveis de Governo e da sociedade organizada.

Na definição do programa de trabalho do Comitê de Combate à Pirataria do GGI foram estabelecidos, inicialmente, três grupos de trabalho para estudar e apresentar estratégias referentes à Comunicação, Legislação e Operações.

O Grupo de Comunicação diagnosticou a importância de melhorar a interlocução com os meios de comunicação e eliminar abordagens impróprias por alguns, que colocavam como “coitados” e “vítimas” os ambulantes e comerciantes que estavam sendo detidos e tendo os produtos piratas e ilegais apreendidos. O trabalho feito junto à imprensa e divulgações de educação comunitária, utilizando a mídia e as escolas, foram e são fundamentais para coibir o comércio ilegal e inibir que produtos ilegais sejam adquiridos.

O Grupo de Legislação identificou a necessidade da legislação vigente ser adotada de forma positiva e buscar evitar interpretações por setores do Judiciário e Ministério Público que, muitas vezes, levavam à inibição da ação das autoridades no combate a estes ilícitos. Foram realizadas reuniões e seminários com a participação de juízes, promotores, advogados e autoridade municipais e estaduais. Este grupo também identificou a legislação federal que poderia ser aprimorada e Projetos de Leis que podem ser apresentados e ter sua apreciação agilizada no Congresso Nacional. Diversas reuniões foram realizadas no Ministério da Justiça e Congresso, destacando-se a reativação da Frente Parlamentar Mista de Combate à Pirataria, Contrabando e Sonegação. Composta por Deputados e Senadores, esta Frente conseguiu recentemente aprovar três projetos relevantes que ampliam as sanções, agilizam os enquadramentos criminais e admitem as perícias por amostragem. Este Grupo estudou também a legislação estadual e municipal, tendo colaborado para Projeto de Lei municipal que aplicará multas severas aos lojistas, empreendedores de estabelecimentos e proprietários de imóveis que praticam comércio ilegal de produtos piratas, contrabandeados e de origem duvidosa, incluindo produtos roubados.

O Grupo de Operações identificou a importância de se realizar ações conjuntas, sofisticando-as em função das características dos produtos. Foi definido o perfil dos estabelecimentos que deveriam ser alvos preferenciais em razão das informações disponibilizadas pelos órgãos de inteligência e por organizações da sociedade. Foi igualmente estabelecida a sistemática de troca reservada de informações para que as ações favorecessem o objetivo de apreender o maior volume possível de produtos e identificar as pessoas envolvidas. Os locais das operações não seriam informados previamente aos participantes para evitar vazamento. A prefeitura de São Paulo passou a oferecer a logística necessária para preservar o local do crime, realizar triagem de documentos, apreensões e transporte aos seus próprios depósitos, aos da Receita Federal e aos da Polícia Civil, conforme o caso. Os ajustes de procedimento são tratados com os organismos policiais envolvidos, conforme o caso em apuração, com vistas a favorecer os enquadramentos criminais dos envolvidos.

- Polícia Federal: análise da situação de estrangeiros e contrabando com interesse criminal;
- Receita Federal e Estadual: avaliação de produtos contrabandeados e sonegação fiscal de grandes volumes com interesse criminal; auditoria de documentos;
- Polícia Civil: Registro de ocorrências e definição dos inquéritos prioritários em função de enquadramentos em tipos penais com sanções mais graves.
- Polícia Militar: Apreensões e apoio nas ações que tenham impacto na ordem pública.
- Guarda Civil Metropolitana: levantamento de informações de inteligência para planejamento conjunto; apoio aos organismos Federais e Estaduais para suas ações, com a triagem e a análise de documentos pessoais e fiscais; realização das apreensões de pessoas e produtos, além de preservar os locais das operações conjuntas;
- Subprefeitura: Notificação quanto à licença de funcionamento, cassação de alvará e lacração de estabelecimentos ilegais.
- Organismos da Sociedade e Grupo de Marcas: realização de treinamento, apresentação das especificações de produtos originais à Polícia Técnica para perícia, promoção de representações para inquéritos e acompanhamento das operações.

Resultados do Combate à Pirataria, Contrabando e Sonegação Fiscal

Foram apreendidos na cidade de São Paulo, entre dezembro de 2010 e agosto de 2012, mais de 70 milhões de produtos ilegais, sendo 50 milhões em estabelecimentos comerciais, avaliados em dois bilhões de reais, resultado de 49 operações integradas com organismos federais, estaduais e municipais e em 140 ações de fiscalização por reincidência. Em operações conjuntas das Subprefeituras, GCM e Operação Delegada foram apreendidos nas ruas mais 20 milhões de produtos ilegais

Mais de 600 estrangeiros foram detidos por estarem sem documentação regular, destes, 150 foram notificados pela Polícia Federal a deixar o país.



Shopping 25 de Março e a Feira da Madrugada fazem parte dos 49 grandes estabelecimentos fiscalizados pelo GGI

Armazenamento e Destino das apreensões

Os produtos apreendidos nas operações conjuntas planejadas pelo Gabinete de Gestão Integrada de Segurança e pela Secretaria Municipal de Segurança Urbana em decorrência da fiscalização do comércio irregular, declarados de apreensão administrativa, considerados desimpedidos dos processos criminais e administrativos e não recuperados no prazo legal, poderão ser doados às entidades sociais sem fins lucrativos, devidamente cre-



Os produtos apreendidos são levados ao depósito da Prefeitura e depois destruídos com reciclagem

denciadas junto à Secretaria Municipal de Segurança Urbana, visando à destruição para reciclagem, considerando-se o Decreto nº 52.876/2011, de 27 de dezembro de 2011, com vistas ao aproveitamento dos insumos derivados da destruição, observadas as diretrizes ambientais aplicáveis, em favor das referidas entidades e seus programas sociais.

Cabe à Comissão de Avaliação, criada pela Portaria nº 022/SMSU-GAB/2012, dentre outras atribuições, verificar se os prazos legais para o pedido de devolução das mercadorias foram expirados e se os pedidos de devolução protocolados foram devidamente declaradas pela autoridade competente como resultantes de apreensões administrativas, sem interesse criminal.

Os produtos enquadrados como fruto de contrabando/descaminho apreendidos nas Operações são encaminhados à Receita Federal por se tratar de crime federal. Já os falsificados, enquadrados em contrafação, são registrados na Polícia Civil, onde existe uma delegacia especializada de combate à pirataria no DEIC. As mercadorias apreendidas administrativamente (sem nota fiscal ou por irregularidades na documentação da loja) são encaminhadas ao depósito da Prefeitura, onde é realizada a separação para serem destruídas e recicladas após o esgotamento dos prazos legais para que os comerciantes entrem com recurso requerendo a devolução.

A Prefeitura de São Paulo decidiu abrir um grande depósito de cinco mil metros quadrados para abrigar os produtos apreendidos durante as operações, por conta da dificuldade em encontrar um local para estocar o grande volume de apreensões. Tendo em vista que os depósitos dos organismos estavam sobrecarregados e isso quase impediu o prosseguimento das operações.

A diretriz é que sejam acelerados os procedimentos para destruição, assim como nomeação das marcas credenciadas como fiéis depositárias visando à redução dos custos de gestão e manutenção do depósito. Atualmente a Receita Federal recuperou as condições de depósito de produtos de contrafação, assim como a Polícia Civil em relação às amostras das apreensões criminais.

Através da Portaria SMSU 022, de 17 de janeiro de 2012, foi criada a Comissão

de Avaliação para adoção das medidas necessárias ao cumprimento das atribuições designadas pelo Decreto nº 52.876/11, o qual estabelece os procedimentos para doação e reciclagem de produtos ilegais em favor de organizações sociais cadastradas na Prefeitura.

Inspetoria de Operações Especiais - IOPE



Os Guardas que atuam no Gabinete de Segurança são, na sua maioria, da Inspetoria de Operações Especiais (IOPE) e recebem treinamento específico para essas situações. O Grupo de Ações Estratégicas e Inteligência (GAEI) pertence ao IOPE e atua à paisana, com uniforme estratégico, usam técnicas de inteligência, levantando dados e informações para planejamento das operações, apoiando apreensões de produtos ilegais e conduções de pessoas. Todos os agentes são capacitados por meio de treinamentos com a Polícia Federal, Receita Federal, Polícia Civil, Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) e outros parceiros.



Acima agentes do GAEI recebem treinamento na Receita Federal. Acima, guardas do IOPE em treinamento na Polícia Federal.

Operação Delegada

Com a adesão ao convênio do Plano Nacional de Combate à Pirataria do Ministério da Justiça, o município deu início a mais audaciosa ação de combate ao Crime de Pirataria e Contrabando de toda a história brasileira. São Paulo, a maior cidade da América Latina, cria leis e mecanismos locais de prevenção e repressão a estes crimes.

Em 2009, a Prefeitura de São Paulo assina também o convênio com a Polícia Militar para reforçar o combate ao comércio irregular e o comércio ambulante ilegal. Chamada de Operação Delegada, a fiscalização tem início em três pontos emblemáticos da cidade: no Largo 13 de Maio (zona Sul), no Largo da Concórdia e na região da 25 de Março (Centro). Hoje está atuante nas 31 Subprefeituras da cidade. A Força-Tarefa é realizada por 4.000 Policiais Militares.

Com a implantação da Operação Delegada nas Subprefeituras da Mooca, Santo Amaro e Sé, um dado importante veio à tona. A redução de até 70% da criminalidade onde estas atividades se concentravam. Na região da Rua 25 de Março, por exemplo, houve diminuição nos índices de roubos em 59%. Já os furtos de objetos caíram em 20% e houve 29% de queda em relação ao furto de veículos.

Com a Operação Delegada, a capacidade de apreensão de mercadorias irregulares das ruas gira em torno de mais de 270 mil sacos por ano, em média.

Além de praticamente extinguir o comércio ambulante, visto como um problema paulistano histórico, a presença de mais policiais na cidade tem refletido nos índices de criminalidade.

A operação oficial também é vista como uma boa opção para os policiais. Por mês, os Policiais Militares podem trabalhar até 96 horas na atividade. Além do aumento na renda, o policial evita fazer “bico” fora da Corporação.

Dos 15 mil camelôs retirados das ruas nos últimos seis anos, estima-se que 11 mil tenham saído por pressão da Operação Delegada.
(dados: Coordenação das Subprefeituras)

É importante destacar que a Operação Delegada não traz conflito com as atribuições da Guarda Civil Metropolitana pois definiu-se perímetros e horários para atuação prioritária dos policiais militares e outros trechos ou horários complementares sob responsabilidade da GCM.

Esta tramitando na Câmara Municipal de São Paulo Projeto de Lei de iniciativa da administração municipal, a chamada “Operação Delegada da GCM” permitindo também que Guardas em horário de folga possam trabalhar, com remuneração adicional, em eventos, operações especiais ou necessidades emergenciais.

Preparativos para a Copa do Mundo 2014

A Secretaria Municipal de Segurança Urbana participa da Comissão Estadual de Segurança Pública e Defesa Civil para Grandes Eventos da Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos do Ministério da Justiça, representando o município de São Paulo, tendo contribuídos na formulação do cadernos de encargos, que se constitui a diretrizes em âmbito nacional para os organismos envolvidos neste evento.

Participa também das Oficinas Temáticas que elaboram os planos táticos e operacionais visando as ações integradas de segurança pública e de defesa civil, assim como articula com os organismos afins da municipalidade como a Guarda Civil Metropolitana - GCM, Defesa Civil, Companhia de Engenharia de Tráfego - CET, SAMU entre outros. As providencias no que depende do município estão em conformidade, sobretudo quando a sistema de telecomunicação, pois a Guarda Civil Metropolitana - GCM já detém um sistema de comunicação digital criptografado integrados com a Polícia Militar e igualmente seu sistema de videomonitoramento está espelhado na Central de Operações da Polícia Militar - COPOM e recebe imagens de câmeras de outras Centrais como CET e SPTrans.

O projeto da Nova Central de Comando e Controle da Guarda Civil Metropolitana - GCM e da Defesa Civil já está pronto, em condições de aprovação superior e início de obras, que podem ser concluídas em até dez meses. Todos os equipamentos eletrônicos para esta central já estão instalados na atual Central de Comunicações da GCM, cabendo fazer adaptações de transferência e complementos de pequena monta como na expansão do sistema de Videoconferência.

Quanto ao combate ao comercio ilegal de pirataria, participamos de reunião específica com a FIFA, onde pudemos compartilhar as informações da experiência de São Paulo neste combate, as estruturas que dispomos quanto a profissionais especializados, equipamentos e ação integrada. Nos eventos que acontecem na cidade tem sido aplicada a diretriz do “padrão copa do mundo”, para que, progressivamente, tenhamos os Procedimentos Operacionais Padrão envolvendo todos os organismos.

Colocamos em prática tais procedimentos quando da realização do sorteio da FCC Draw (Copa das Confederações), realizada na cidade de São Paulo no dia 01 Dezembro de 2012, quando tivemos a presença das mais altas autoridades da FIFA, e das 12 cidades sedes, sendo tal evento coroado de êxitos.

PARTE 2



Investimento em tecnologia

Foram investidos mais de R\$ 48 milhões em tecnologia e implantada a Central de Videomonitoramento integrado - dotada de 30 telas de LCD e Videowall, com 1.400 câmeras que podem ser operadas pela GCM, de forma compartilhada com a Polícia Militar, a CET, a SPTrans, onde as câmeras podem ser visualizadas de forma recíproca. Além de outras 2.600 câmeras instaladas em escolas e demais equipamentos. A nova central aumenta o monitoramento na cidade e permite que o agente de segurança visualize situações de desordem urbana, como danos ao patrimônio e má utilização do espaço público, por exemplo. Permite também que as Centrais de Operações das Policiais façam visualização para investigação e combate ao crime, tanto com acompanhamento em tempo real como com a utilização de imagens gravadas.

(Órgão usuários do Sistema de Videomonitoramento Integrado)

CETEL - Central de Telecomunicações e Videomonitoramento da GCM



A unidade tem como objetivo atuar de forma integrada com inputs ativos e passivos permitindo tomadas de decisões e intervenções rápidas, com inteligências, e qualificadas, analisando as “não conformidade”, e encaminhando/despachando através do sistema integrado ou telefonia para as unidades operacionais ou para os órgãos e instituições competente.

Comando e controle de grandes eventos, operações, ocorrências, com análise em tempo real.

As atividades são exercidas 24 horas por dia, om profissionais experientes, devidamente capacitados em todos os programas e procedimento operacionais padrão da instituição, possui programa de aproveitamento, de readaptação de atividades profissionais.

Central Videomonitoramento ou (Videoproteção)

Desde 2006 em operação, a Central de Videomonitoramento da GCM que iniciou com 35 câmeras na primeira fase hoje pode visualizar 1.400 pontos de monitora-

mento, abrangendo o centro expandido da cidade e locais estratégicos e de interesse público, protegendo parques, praças, pontes, cemitérios, escolas, ruas e avenidas de grande movimentação, colaborando na proteção no âmbito dos programas da GCM e colaborando com os demais órgãos segurança da cidade. A Central de videomonitoramento da GCM está integrada com a central de videomonitoramento da Polícia Militar, com as câmeras da SPTrans, com as câmeras da CET e de outros órgãos da administração, onde é possível o uso compartilhado das câmeras do Sistema contribuindo na proteção, na segurança, no pronto atendimento às ocorrências constatadas além de facilitar a apuração de fatos ocorridos nas áreas de abrangência.

A SMSU, em sua terceira fase no processo de monitoramento da cidade, adquiriu 100 novos pontos de monitoramento através de contratação de serviços. Esta é uma inovação no sistema, na qualidade do equipamento e software utilizados, na modalidade anterior, além da aquisição do equipamento, havia grandes problemas para a instalação, transmissão de imagens, manutenção e sua obsolescência. Neste novo contrato tudo está incluso, até a manutenção e atualização dos equipamentos, software e possíveis alterações dos pontos de visualização estão no contrato.

A tecnologia utiliza câmeras dome com resolução 4 CIF's – resolução 30 quadros por segundos (visão humana 25 q/s), Agent VI (Video Inteligente), software programado previamente para detectar “não conformidades” e disparar sinais de alerta para o operador ou em computadores e terminais autorizados. Esta tecnologia foi desenvolvida em Israel.

A Central de monitoramento possui procedimentos operacionais padrão-POPs, onde o controle das imagens e a privacidade das pessoas são princípios norteadores.

Central de Atendimento GCM 153

A Guarda Civil Metropolitana passou a contar em 2008, com uma Central de Atendimento Telefônico pelo numero 153, que foi ativado, e já esta integrada ao sistema da Polícia Militar e progressivamente aos demais órgãos públicos Municipais, Estaduais e Federais para colaborar na segurança da cidade. A central é equipada com 22 cabines de atendimento, com capacidade de atendimento de 70.000 chamados/ mês, efetua o encerramento de ocorrência, elabora relatórios e realiza procedimentos de proteção telefônica em próprios municipais.

A Central prioriza o atendimento das demandas relacionadas aos seis Programas da GCM: 1- Proteção Escolar, que atua na segurança das unidades e perímetro escolar no município; 2- Proteção Ambiental, que atua na segurança dos parques, das áreas de interesse ambiental na cidade incluindo os perímetros prioritários da Operação Defesa das Águas; 3- Proteção ao Patrimônio Público municipal, que atua na segurança de instalações e equipamentos públicos como centros esportivos, culturais, de saúde, pon

tes, cemitérios e monumentos; 4- Proteção aos Agentes Públicos onde atua em conjunto em ações do CONTRU, do PSIU, da SMADS, da SPTrans, dos fiscais das Subprefeituras, da Limpurb, da Ilume entre outros; 5- Proteção ao Espaço Público e fiscalização Operacionais, Mediação de Conflitos e bilíngues.do comércio ambulante, inibindo o comércio irregular, vandalismo e o uso impróprio do espaço público; 6- Proteção as Pessoas em Situação de Rua e de Risco, atuando na rede de proteção da assistência social, orientando e encaminhando para ao atendimento especializado pessoas que estiverem em situação de risco, sobretudo crianças e adolescentes.

Considerando que o sistema é integrado, todas as demandas que chegam através do 153 são atendidas, pela atuação direta dos servidores da Guarda ou encaminhadas para os órgãos parceiros, incluindo aqui o sistema 156 da cidade de São Paulo.

A telefonia possui tecnologia digital com monitoramento dos atendimentos e backup dos atendimentos, dando uma maior lisura para o solicitante.Os profissionais foram capacitados nos Procedimentos operacionais da GCM, Sistemas Operacionais, Mediação de Conflitos e bilíngues.

Central Rádio comunicação e despacho



Sala de radiocomunicação



Sala de Despacho no Comando da GCM

A central de radiocomunicação possui sistema de Radio Transmissão da Motorola, com cobertura de 100% da área da cidade de São Paulo através de equipamentos sofisticados que possibilitam transmissão digital e criptografada (transmissão por microondas) com servidores, e repetidoras redundantes (Equipamentos Reservas), todo Sistema tem plataforma expansível e modular que permite agregar futuras demandas de radio comunicação e transmissão. Os equipamentos possuem proteção através de alarmes sonoros, monitoramento de câmeras nos 12 SITES, e suporte Técnico 24 horas através da Sala de Gerenciamento de Falhas.

GPS (Sistema de radio navegação via satélite), em todas as viaturas da GCM que possibilita verificação em tempo real onde cada VTR está desenvolvendo suas atividades, para efetivo a pé rádios HTs de comunicação digitais e criptografados de uso individual.

A GCM, através da CETEL, utiliza para sua atividade o sistema da Polícia Militar (SIOPM) que favorece compartilhamento de dados e informações, além de agilizar o atendimento das demandas.

A central de radiocomunicação é composta de 07 cabines operacionais e 02 para supervisão. Esta tecnologia está a serviço da sociedade, pois as demandas são transmitidas com rapidez e precisão, melhorando o tempo de pronta resposta. Os profissionais deste setor são selecionados através do perfil e de sua experiência na atividade de rua, as demandas entram na sala radio pelo Monitoramento, Call Center 153, SIOPM da PM ou por telefone funcional.

O sistema é baseado no Padrão APCO-25, plataforma com modernas tecnologias digitais de radiocomunicação já em operação em várias polícias de outros países e nas Polícias Militar e Civil do Estado de São Paulo. Possui todos os recursos de criptografia; recurso que previne invasões na rede de rádio comunicação; alarmes de pânico e possibilidade de formação de grupos para comunicação integrada, permitindo que eles se comuniquem com outras corporações e equipes de resposta de apoio mútuo em situações de emergência; observadas as regras de disciplina de rede orientada pelas centrais de comando, previamente definidas.

O sistema foi implantado em parceria com a Polícia Militar do Estado de São Paulo tendo sido nele aplicado mais de R\$ 40 milhões com recursos do município, do estado e da União.



Sala de Situação

Sala de situação da GCM

O Comando da Guarda Civil Metropolitana, principalmente a Superintendência de Operações (SOP), acompanha em tempo real a atuação e o emprego dos recursos da GCM. A sala de situação é também utilizada para comando e controle de grandes eventos e operações, como virada cultural, parada GLBTT, Operação Finaldos, jogos da seleção, jogos no Pacaembu, no Morumbi, entre outros. Atua isoladamente ou com parceiros como subprefeitura, Saúde, PM entre outros, objetivando analisar o planejamento elaborado com o executado, monitorando também os recursos empregados, orientando as ações das equipes, bem como elaborando relatórios de conclusão das missões. A Sala de situação está preparada para receber um gabinete de gerenciamento de crise, pois está equipada com computadores e monitores de LCD e sistema de videoconferência, pontos de internet, condições para receber Secretários, Comandantes e autoridades.



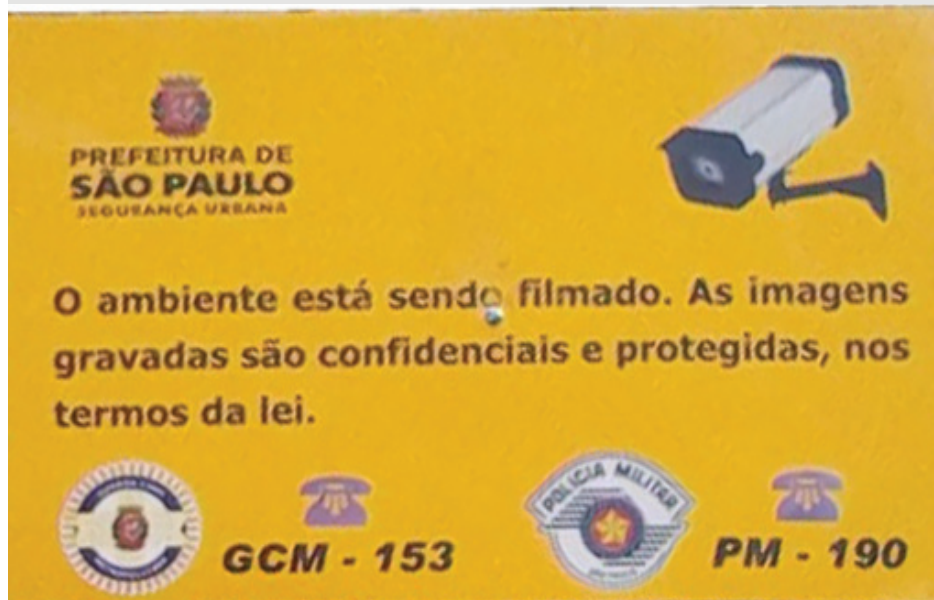
GCM portando rádio digital. Os modelos são leves e fáceis de serem manuseados

Rádios Digitais de Comunicação Móvel e Portátil:

Foram adquiridos 2 mil rádios de comunicação portátil e móvel de última geração para emprego nas atividades operacionais da GCM e da Defesa Civil. Atualmente existem rádios para 100% dos GCMs que estão diariamente em atividades operacionais. Utiliza o sistema APCO 25 um dos mais avançados desta geração, e opera na mesma plataforma do sistema da Polícia Militar.

Possui todos os recursos de criptografia, alarmes de pânico e possibilidade de formação de grupos para comunicação integrada ou mesmo para comunicação com outras corporações, observadas as regras de disciplina de rede orientada pelas Centrais de Comando.

Instalação das placas de identificação de câmeras de videomonitoramento



As placas de identificação dos locais monitorados por câmeras começaram a ser instaladas a partir do mês de outubro, com o objetivo de colaborar na percepção de segurança, inibir práticas de ilícitos, e ter o acionamento da GCM ou da Polícia Militar em caso de anomalias.

Com a frase “O ambiente está sendo filmado. As imagens gravadas são confidenciais e protegidas, nos termos da lei. – Telefones: 153 GCM e 190 PM”, inicialmente estão sendo instaladas na região central da cidade e no parque do Ibirapuera e serão expandidas gradativamente para toda a cidade, com prioridade nos locais em que elas contribuam para inibir atos de vandalismo e aumentar a sensação de segurança, de acordo com um diagnóstico realizado pela Coordenadoria de Análise e Planejamento. (CAP) da Secretaria de Segurança Urbana, considerando os indicadores de criminalidade do município.

Além da Guarda Civil Metropolitana todos os demais órgãos que possuem câmeras na cidade instalarão placas identificando a sua presença.

Projeto Central de Comando e Controle da Guarda Civil Metropolitana e Defesa Civil.– C4I – Central de Emergências.

A nova Central C4I (Central de Comando, Controle, Comunicação, Comunicação e Inteligência) tem por objetivo alocar a atual central da GCM em instalações adequadas para este padrão de operação, onde os agentes atuam de forma integrada, no mesmo ambiente, com salas de comando e operações com visualização direta, comunicação integrada. Mesas de operação conjunta onde pode receber representantes de outros organismos da prefeitura, do estado ou da união, em função das ações de interesse comum, sejam situações de emergência, sejam grandes eventos, sem ações pontuais relevantes. O projeto arquitetônico está pronto e a execução das instalações físicas pode ser executadas em dez meses depois de contratado. Aproveita parte do prédio já existente onde está instalada a Coordenação Municipal da Defesa Civil, num terreno terreno de 30.000 m².

A Central terá uma área de 2.015,00m² no térreo e 865,00 m² no piso superior. O primeiro piso da Central está dividido em: Salão de 710 m² onde será instalado painel de Widewall com 32 telas de monitoramento, pontos de atendimento telefônico 153 da GCM e 199 da Defesa Civil, mesas de monitoramento das câmeras, mesas de despacho de ocorrências, mesas de supervisão, e mesas de operações conjuntas com organismos parceiros. Preve ainda sala de diretores de operações e planejamento, de comando integrado, de gerenciamento de crises e de autoridades.

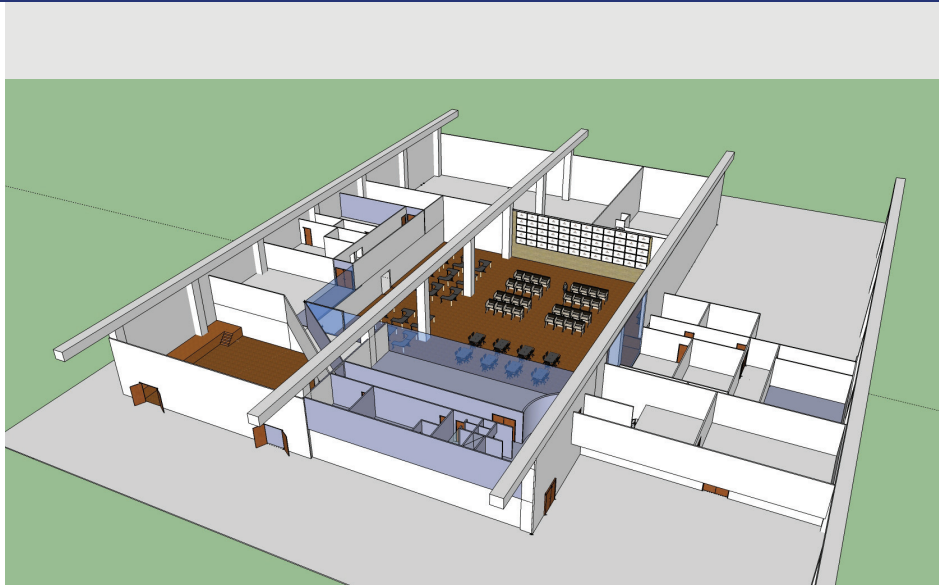
Possui ainda toda retaguarda e suporte necessários ao conceito de C4I, com redundância para energia, comunicação, alimentação. O local contempla facilidade e redundância de meios de transportes e alojamentos para emergências. O heliponto previsto já teve seu projeto aprovado pela Agência Nacional de Aviação (ANAC).

A parte eletrônica e tecnológica para a Central já existe e é considerada suficiente para equipar a nova central, devendo haver investimento para transposição de cabamentos e complementos básicos.

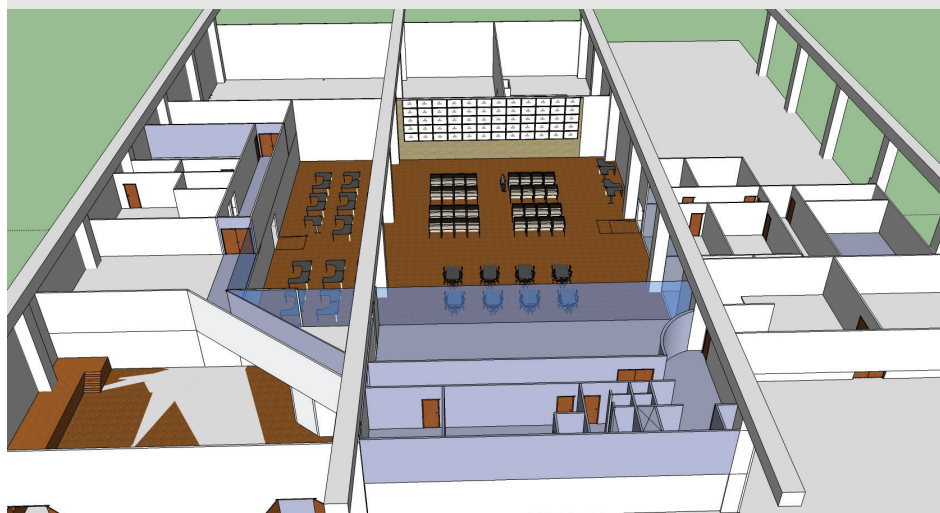
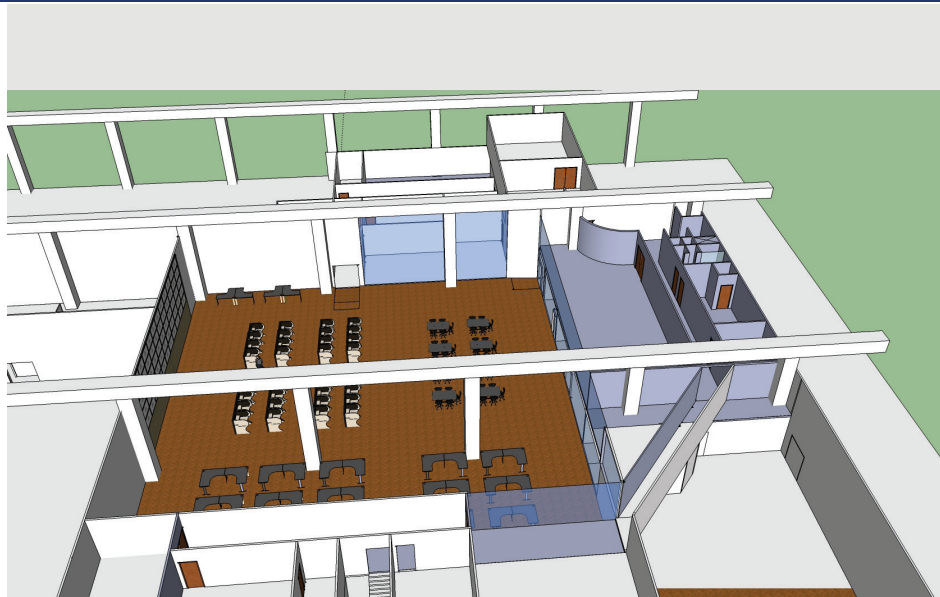
Esta Central da GCM e da Defesa Civil estará conectada, como já é atualmente, à Central da Polícia Militar, da CET, da SPTrans e também, a Central da Zeladoria e apoio operacional da Secretaria de Subprefeituras (CCOI), a Central do Corpo de bombeiros, a Central da Polícia Civil, a Central do SAMU, que já estão com as providências em andamento com uso do SIOPM e outros Sistemas. Outras poderão ser acopladas com a central da Polícia Federal, Polícia Rodoviária e as centrais das concessionárias como Água, Gás, Energia e Telefonia para ações e trocas de informações de interesse comum. Poderá ser conveniente, inclusive em razão da Copa do Mundo, acrescentar a todas as câmeras de interesse do sistema de videomonitoramento o sistema de automação com parametrização das principais anomalias que se pretende captar.



Plantas da Central de Comando e Controle C4I – Central de Emergências.



Projeto em 3D da Central de Comando e Controle CAI – Central de Emergencias GCM/ Defesa Civil .



Projeto em 3D da Central de Comando e Controle CAI – Central de Emergências GCM/ Defesa Civil

Projeto Terminais moveis de Dados e Imagens (PDA) para GCM e Defesa Civil

Esta pronto projeto para licitação para contratação de Terminais Moveis de Dados e Imagens para a GCM e Defesa Civil, a serem portados por agentes quando em atividades operacionais em campo. Trata se de um sistema de aplicativos via WAN Corporativa com equipamento Assistente Digital Pessoal (PDA), que possibilitará a digitalização das ocorrências e inserção de dados diminuindo o tempo/resposta para a prestação de serviços da Guarda Civil Metropolitana - GCM.

Dotados de GPS e de câmeras para foto e filmagens, essa ferramenta facilitará à Central de Atendimento e Despacho de Ocorrências a avaliação da demanda e acionamento de apoios e acompanhamento em função da localização de todos os Guardas Municipais em operação, diminuindo o tempo/resposta para as chamadas dos cidadãos ou dos próprios GCMs, aumentando a sensação de segurança do efetivo da GCM e alimentando o banco de dados em tempo real para extração dos relatórios de de situação e de inconformidades.

Deverá com isso eliminar retrabalho com a digitação de informações e ocorrências, georeferenciadas, riscos de lançamentos incorretos e tabulação imediata dos registros realizados, lançando em mapas eletrônicos indicando eventual formação de manchas de predominância de situações de violência, criminalidade e desordem urbana, favorecendo aprimoramento do planejamento e melhor uso dos meios disponíveis.

Permitir ao despachador visualizar a patrulha ou viatura que está mais próxima do local de ocorrência, proporcionando agilidade e rapidez no atendimento.

Ao permitir ao GCM inserção das ocorrências diretamente no sistema, diminuindo o gasto de energia na duplicidade de trabalho e o consumo de papel.

Favorecerá o processo de produção de relatórios e planilhas para análise de planejamento e gestão dos contratos de metas das Inspetorias da GCM com os Comandos Operacionais e estes com o Comando da GCM.

O mesmo procedimento poderá acontecer com a Defesa Civil com seus agentes em atividade operacionais em ações de emergência e apoio a população atingida ou mesmo em ações preventivas.

PROJETO Câmeras OCR

Este projeto foi desenvolvido sob a Coordenação do Grupo do Sistema de Videomonitoramento do GGI-M com representantes da Polícia Civil, Polícia Federal, Polícia Militar, Secretaria Municipal de Segurança Urbana, Secretaria da Fazenda, Detran, Prodam e CET, que trabalham de forma integrada na formulação do sistema de Vídeo Monitoramento automática com Leitura de caracteres parametrizados.

Três comitês forma constituídos e trabalharam e trabalham no desenvolvimento, especificações técnicas e de inteligência e ajustes institucionais: comite de tecnologia, comite de inteligência e comite institucional, todos eles com participação de organismos federais, estaduais e municipais.

O projeto permitirá que os órgãos federais, estaduais e municipais compartilhem os mesmos equipamentos e a mesma plataforma de dados e vídeo implantados, podendo todos planejar ações de seus interesses simultaneamente em diferentes pontos ou em ações conjuntas definidas pelo grupo de inteligência.

O sistema prevê colocar na cidade de São Paulo mais 500 câmeras distribuídas em 166 pontos definidos em 4 anéis: centro histórico, centro expandido e zonas de circulação de veículos (de acesso e saídas da cidade de São Paulo), além de regiões periféricas, mapeadas pela Secretaria de Segurança Pública, com base nos índices de criminalidade. Também esta prevista a instalação em viaturas ostensivas e descaracterizadas para ações de inteligência e operações especiais.

Os locais de instalação foram apontados pelo Grupo de Inteligência em função dos indicadores criminais e, sobretudo, rotas predominantes de deslocamentos de veículos na cidade, prováveis locais de interceptação e possíveis rotas de fuga.

O sistema possibilitará a constatação de irregularidades como: veículos roubados ou furtados, veículos envolvidos em ilícitos, procurados pelas Polícias, sem a inspeção veicular, veículos não licenciados ou com pendência de tributos, multas que justifiquem a apreensão, transitando em horário ou local proibido (rodízio, caminhões/ônibus, motos) e pesquisas em Geral: dimensionamento, fluxo de trânsito, deslocamento, entre outros.

Encontra-se em processo de licitação num modelo de Ata de Registro de Preços, que favorecera ajustar a dinâmica da sua implantação em função das possibilidades e prioridades de cada organismo participante.

INVESTIMENTO EM FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL

Modernização do Centro de Formação

O Centro de Formação em Segurança Urbana (CFSU) está subordinado à Secretaria Municipal de Segurança Urbana (SMSU), órgão responsável em estabelecer as políticas, diretrizes e programas de Segurança na cidade de São Paulo.

O propósito do CFSU é a criação, formação, qualificação, aperfeiçoamento dos integrantes da SMSU, entre eles, a Guarda Civil Metropolitana (homens e mulheres), os vários níveis hierárquicos e treinamentos específicos, os servidores da Defesa Civil que têm por atribuição a redução de desastres naturais ou provocados pelo homem, compreendendo ações preventivas de socorro, assistenciais e recuperativas, destinadas a evitar ou minimizar os desastres, preservar o moral da população e restabelecer a normalidade social, os servidores das Juntas do Serviço Militar, que tem por atribuição o alistamento militar unificado para o Exército, Marinha e Aeronáutica e demais serviços pertinentes à Lei do Serviço Militar e, por fim, os servidores da SMSU.

O Centro foi criado em 21 de março de 1986 pelo Decreto nº 22.047 como Departamento de Ensino. Em 26 de Julho de 2002 por meio da Lei nº 13.396.



Certificação ISO 9001



O processo de certificação do Centro de Formação em Segurança Urbana ocorreu em meio a uma série de treinamentos dos servidores da unidade e auditorias internas realizadas por uma empresa de consultoria especializada. Após o cumprimento de todas as exigências, o organismo certificador, Instituto Carlos Alberto Vanzolini, outorgou a certificação ao Centro. O gerente do Instituto Vanzolini, Airton Carlos Gonzáles, presente à solenidade, destacou a importância do momento: "hoje mais de 15 mil in

stituições no Brasil de todas as áreas possuem essa certificação, que só é outorgada àquelas que planejam, implementam e mantêm o controle de suas ações baseadas nos processos de Gestão pela Qualidade”.

A preocupação das autoridades da Segurança Pública no país tem sido cada vez mais voltada para a qualificação e preparação dos agentes e foi este o destaque dado pelo comandante geral da GCM, inspetor Joel Malta de Sá: “a obtenção da Certificação ISO 9001 é um marco, que torna o Centro de Formação em Segurança Urbana referência para todo o Brasil”. A obtenção da certificação pelo Centro de Formação em Segurança Urbana tornou-se prioritária na estrutura da pasta, pois apenas uma Guarda Civil Metropolitana cada vez mais qualificada e aprimorada pode oferecer à comunidade serviços de qualidade, que contribuem com a segurança pública na cidade. E é esta a busca da administração municipal. A cerimônia de entrega aconteceu no mês de novembro de 2011.

Formação e Capacitação: Investimento em qualificação para servidores da Guarda Civil Metropolitana Mais de R\$ 6 milhões

Método Giraldo



A Guarda Civil Metropolitana de São Paulo formou doze de seus integrantes como instrutores do “Metodo Giraldo”, por meio de cursos realizados no Centro de Formação em Segurança Urbana e na Escola Superior de Soldados da Polícia Militar.

O professor cel. Giraldo cedeu a GCM os direitos autorais para que todos os cerca de 7 mil GCMs possam receber o credenciamento por meio da técnica.

O professor Giraldo deu ensinamentos preciosos e fáceis aos GCMs para amenizar e facilitar o trabalho tão perigoso e de tanta responsabilidade nas ruas, tanto para os policiais quanto os cidadãos.

“São dicas simples para ajudá-los no trabalho diário, na sua vida pessoal e de sua família. A fonte do policial comunitário é a humildade, os gestos de carinho, a educação para com os seus colegas, sua família e o cidadão”, finalizou o coronel replicando várias frases e pensamentos. O Método Giraldi é reconhecido no mundo todo como a melhor técnica de abordagem para preservar vidas e o respeito as pessoas”.

Conheça um pouco mais sobre Nilson Giraldi

O coronel da reserva da Polícia Militar Nilson Giraldi, tem 76 anos, é Professor e Educador. Especialista em Segurança Pública faz parte do Corpo Docente do Centro de Aperfeiçoamento e Estudos Superiores da PMESP. Tem atuado como consultor, assessor e professor do Comitê Internacional da Cruz Vermelha; dos Direitos Humanos; Policiamento Comunitário; Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP); Polícias (nacionais e internacionais, incluindo a PMESP).

A técnica

Com metodologia e apoio do “Comitê Internacional da Cruz Vermelha”, através de Comissão Especial Oficial, a técnica integra, de forma transversal, as “Sete Normas Internacionais de Direitos Humanos Aplicáveis à Função Policial e Função Policial Armada”; os “Princípios da Carta da ONU para o Assunto”; as “Diretrizes Internacionais de Direito Internacional dos Direitos Humanos” e as “Convenções e Tratados Internacionais” dos quais o Brasil é signatário.

O curso qualifica o policial a ter o posicionamento correto na utilização do armamento, a ter o condicionamento dos reflexos positivos com base no diálogo, sem tiros, bombas ou invasão e disparo só, em última instância, para legítima defesa ou cessar o risco de morte da vítima.

Queda dos Disparos de Armas de Fogo na GCM

Um conjunto de medidas foi adotado pela SMSU e pela GCM para reduzir o numero de disparos de armas de fogo pelos integrantes da GCM, em serviço e em horário de folga, e também reduzir o número de vítimas fatais, sejam elas GCMs ou civis.

A adoção do Método Ghiraldi no Centro de Formação foi uma destas medidas, que tem como princípio a ideia de que o uso da arma de fogo deve ser o último recurso numa situação de ação policial. Caso necessite utilizá-la, esse procedimento deve ser feito com absoluto critério, não promovendo ferimentos e letalidade desnecessários para a situação. Outro trecho deste livro traz mais detalhes a respeito.

A manutenção dos testes psicológicos e práticos em dia também foi outro fator importante, para que aqueles que não possuem o perfil para uso de arma de fogo deixem de fazê-lo, sem a necessidade de readaptação. No passado, a interpretação da lei era que o GCM que não pudesse portar arma de fogo não poderia ser Guarda operacional, o que

foi alterado, pois ele pode ser Guarda usando outros tipos de armamento menos ou não letal, passíveis de serem usados e recomendados em muitas situações.

Maior rigor na concessão de cautela de arma de fogo para os GCMs, cujas atribuições justificam sua concessão, o que é determinado a partir de uma análise de perfil pessoal e profissional de todos que solicitam.

Concessão pela GCM de porte para armas particulares aos Guardas. A administração municipal nesta gestão decidiu não exercer esta possibilidade que lhe foi dada pela Polícia Federal, reservando este direito dos GCMs a serem atendidos diretamente pela Polícia Federal. A avaliação foi que seria necessária uma estrutura compatível com esta responsabilidade, que representa o maior envolvimento e riscos a vida dos GCMs e de civis, o que não existia naquele momento.

A análise feita pela CAP – Coordenadoria de Análise e Planejamento da SMSU, com base em dados da Corregedoria Geral, indica que houve redução no número de processos envolvendo disparos de armas de fogo, depois de um pico em 2006, com destaque a esta redução aos disparos ocorridos em horário de folga.

É importante enfatizar que, em 2012, os registros indicam queda dos disparos ocorridos. Apenas 1/3 deles ocorreram em horário de folga, algo que não ocorriam em outros anos. Ou seja, os disparos têm se reduzido e se concentrado cada vez mais nas atividades do GCM, e não mais em horário de folga.

Escola de Comando

Foram investidos mais de R\$ 6 milhões no Centro de Formação em Segurança Urbana, em novas salas de aulas, equipamentos e cursos especiais com profissionais especializados. Foi criado o curso “Escola de Comando” para ampliar a capacitação dos Inspectores da GCM com técnicas modernas de comando, controle e Gestão. Somente quem é aprovado neste curso pode assumir postos de comando, conforme previsto em lei.

Os postos de comando na GCM, que passaram a ser exclusivos para quem é de carreira, incluindo o Comando Geral. A carga horária do curso foi de 300 horas fase 1, 214 horas aula na fase 2 e acontece 01 vez por ano. Já formou 200 inspetores da GCM-SP além de comandantes das Guardas Municipais das cidades de São Luis (MA), Curitiba (PR), Guarulhos, Osasco, que solicitaram e foram atendidos para participar do curso.

Capacitação em Idiomas Inglês, Espanhol e Mandarim para receber turistas

Desde outubro deste ano 80 GCMs vêm recebendo treinamento do idioma Mandarim, em parceria com o Instituto Confúcio, ligado à Universidade Estadual Paulista (UNESP), o objetivo da iniciativa é capacitar os agentes da Guarda Civil Metropolitana para desempenharem melhor suas atividades diárias como, por exemplo: as operações de combate à pirataria, contrabando e sonegação fiscal do Gabinete de Segurança,

Outros 72 GCMs foram capacitados no idioma inglês e 60 em espanhol, em parceria com o SENAC. Além disso, o projeto visa capacitar os agentes para grandes eventos como as Olimpíadas e a Copa do Mundo que ocorrerão no Brasil.

Além da capacitação em idiomas estrangeiros, mais de 3 mil GCMs receberam curso de capacitação turística, em parceria com a SPTuris. Fizeram parte da grade curricular do curso matérias como noções de turismo, segurança pública, turismo sustentável, técnicas de comunicação, qualidade no atendimento e dados da atividade turística na cidade de São Paulo.

4.882 guardas também participaram de 31.562 cursos da SENASP, por meio do sistema de ensino a distancia, instalado no Centro de Formação. Com destaque para os cursos de Direitos Humanos, Crimes Ambientais, idiomas Inglês e Espanhol, Policiamento Comunitário e Combate a Exploração Sexual Infantil.



Acima GCMs assistem aulas de Mandarin, abaixo formatura dos guardas capacitados em inglês e espanhol



Acima GCMs assistem aulas de Mandarim, abaixo formatura dos guardas capacitados em inglês e espanhol

Viagens Internacionais de Estudos

Também ocorreram viagens de estudos por integrantes da GCMs as Londres, Nova York, Chicago, Los Angeles, Miami, Washington, Bogota, Medellin, Buenos Aires, Madrid, Barcelona, Lisboa, Paris, Seul, Tel Aviv, Jerusalem, Tokio, Nakagawa, Pequim, Shangai, Hanzou, Nanghin, além de várias cidades do Brasil.

Foi possível conhecer nas academias de policiais locais, técnicas modernas de formação e capacitação, uso de estratégias de inteligência, persuasão, mobilização e defesa pessoal.

Várias unidades operacionais foram visitadas incluindo seus centros de comando e controle, videomonitoramento, bases móveis e fixas de operação, avaliando vantagens e desvantagens de tecnologias e sistemas aplicáveis aos Sistemas de Segurança em São Paulo.

Medidas estruturantes e de Valorização da GCM

Comandante Geral tem que ser da Carreira da GCM



Por meio da Lei 15.365/11, de iniciativa da administração municipal, ficou definido que para assumir o Posto de Comandante Geral da Guarda Civil Metropolitana de São Paulo é preciso ser integrante da carreira desta Guarda.

Pela primeira vez em 23 anos, o inspetor GCM Joel Malta de Sá foi o primeiro oficial de carreira da GCM-SP a assumir o comando da Guarda Civil Metropolitana, no dia 16 de março de 2009, em solenidade presidida pelo prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, na sede da Prefeitura de São Paulo. Até então, a GCM tinha sido comandada por integrantes da reserva das Forças Armadas e da Polícia Militar e, somente numa ocasião, por um Delegado aposentado da Polícia Civil.

Valorização

A atual gestão priorizou a melhoria das condições de remuneração dois atuais GCMs em relação a decisão de contratar mais GCMs. A avaliação foi baseada na premissa de que era mais importante viabilizar melhor condições de remuneração e condições de trabalho ao efetivo atual, melhorando sua motivação e desempenho e, depois, tratar da ampliação do efetivo. A remuneração média da Guarda Civil Metropolitana (GCM) aumentou 93%, passando de R\$ 1.937,00, em jan 2005, para R\$ 3.740,00, em jan 2012; Foram criadas por lei gratificações de comando e chefia, que fez que um comandante passasse receber de R\$ 130,00 para até R\$ 2.200,00 conforme o posto. Também foi criada a gratificação de motorista e motociclista e para atividades em regiões estratégicas. Além destas a gratificação de desempenho igualmente criada por lei, esta em fase final de regulamentação para ser paga aos GCMs em função dos resultados que obtiverem.

Criação Superintendências da GCM

O Decreto nº 50.030/2008, criou as Superintendências de Planejamento e de Operações da GCM. A Superintendência de Operações tem a finalidade de controlar, administrar e supervisionar toda a parte operacional da GCM está subdividida em Comandos Operacionais – Leste, Sul, Centro, Centro-Oeste e Norte, cuja função é supervisionar

fiscalizar, administrar as atividades das Inspetorias Regionais, que estão distribuídas de acordo com as Subprefeituras, ou seja, na mesma área de circunscrição.

Já a Superintendência de Planejamento (SUPLAN) tem por objetivo criar as ações com vistas aos Programas da Guarda Civil Metropolitana (Controle do Espaço Público e Fiscalização do Comércio Ambulante; proteção ao patrimônio público; ambiental; pessoas em situação de risco e escolar). As atividades são desenvolvidas visando aumentar a sensação de segurança, combater as desordens urbanas (depredação, vandalismo, falta de manutenção do espaço público, etc.), descumprimento das posturas municipais (legislações vigentes, veículos abandonados em via pública, perturbação do sossego, depredação ambiental, ocupações e construções irregulares, etc.), controlar o uso e ocupação do solo, prevenção à violência e vulnerabilidade, resgate da dignidade das pessoas em situação de rua e risco, descarte irregular de resíduo sólido, entre outras. Além de contabilizar os dados utilizados no mapeamento de vulnerabilidade. A coordenação de logística promove os estudos dos aprimoramentos necessários nos equipamentos que a GCM dispõe assim como referências para o melhor emprego dos meios.

IOPE/GAEI

A Inspetoria de Operações Especiais – IOPE - foi criada em 2009 visando à operacionalização complementar das atividades da Guarda Civil Metropolitana que exigem um efetivo com capacitação diferenciada, como por exemplo, em grandes apreensões, reintegração de posse, grandes eventos, abordagem a grupos de moradores de rua em áreas mais sensíveis, entre outros.

Como parte da IOPE, também passou a fazer parte da GCM o Grupo de Ações Estratégicas e Inteligência (GAEI), com integrantes selecionados com rigoroso critério e submetidos a treinamentos com agentes da Polícia Federal, Polícia Civil, ABIN, Receita Federal entre outros. Utilizam equipamentos especiais de inteligência, sempre com prévia autorização a missões específicas.

As informações e dados coletados com base nos interesses dos Núcleos de Inteligência vinculados ao GGI-M são compartilhados com os organismos parceiros em função das operações que os envolve, sempre observando os critérios de privacidade e proteção das informações.

A IOPE é subordinada a Superintendência de Operações e somente atua em operações especiais com autorização do gabinete do Secretário de Segurança Urbana.

CAP – Coordenadoria de Análise e Planejamento da SMSU.

A Coordenadoria de Análise e Planejamento, criada em março de 2010 (decreto municipal 51.379), foi constituída com a finalidade de desempenhar as seguintes atribuições:

I - coordenar a gestão do Observatório da Violência e Criminalidade da Cidade de São

Paulo, promovendo a articulação entre os organismos públicos e da sociedade que atuarão de forma integrada no sistema de informações;

II - promover a captação, produção e interpretação de informações estatísticas e georreferenciadas para subsidiar os trabalhos de diagnóstico, planejamento, execução, monitoramento e avaliação dos programas e operações da Secretaria Municipal de Segurança Urbana e organismos que atuam de forma integrada no Sistema de Segurança Pública;

III - atuar de forma harmônica com a Coordenadoria de Análise e Planejamento, da Secretaria de Estado da Segurança Pública, do Estado de São Paulo, e organismos similares dos Municípios da Região Metropolitana de São Paulo;

IV - dimensionar, selecionar e orientar os servidores destacados para as atividades da Coordenadoria, promovendo a capacitação para a produção do ciclo do conhecimento e o suporte necessário às suas atividades.

Áreas Estratégicas:

Informação, Análise e disseminação

- Produção, análise e disseminação das informações de suporte às atribuições da Secretaria de Segurança Urbana do município de São Paulo – SMSU;
- Realização de georreferenciamento das informações integradas aos estudos produzidos no âmbito da coordenadoria.
- Produção de análises e diagnósticos de embasamento das etapas de planejamento e execução das ações da Secretaria, bem como do conseqüente monitoramento e avaliação destas;
- Disseminação das informações através de website e de outros meios disponíveis, para divulgação para os diferentes públicos (internos e externos) com os quais a SMSU interage e desenvolve seus trabalhos.

Formação e Capacitação pela Cap

- Promoção da capacitação da equipe da CAP (bem como dos nossos parceiros diretos, internos à SMSU ou através dos projetos desenvolvidos em parcerias/convênios) para a execução das tarefas de coleta, sistematização e análise das informações, bem como para o uso de softwares necessários ao desenvolvimento destas tarefas. Integração e troca de informações com órgãos externos à Secretaria.
- Favorecimento, aprimoramento e fortalecimento da integração e troca de informações constantes com órgãos públicos voltados à gestão da segurança e à produção e análise de informações, especialmente a Coordenadoria de Análise e Planejamento da Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo – CAP/SSP-SP, a Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP/MJ e demais secretarias /coordenadorias municipais de segurança de São Paulo.
- Aprimoramento e fortalecimento da integração e troca de informações com órgãos de outras áreas de atuação (urbanismo, transportes, educação, saúde, comércio, etc.), em diferentes instâncias (federal, estadual e municipal), que sejam relevantes para a execução das ações da SMSU.

Observatório de Violência, Vulnerabilidade e Criminalidade

O Observatório foi criado em 2009 para se tornar em um vital instrumento para a produção de políticas de segurança urbana no município de São Paulo. Trata-se de uma iniciativa que busca auxiliar o planejamento e a tomada de decisões a partir de relatórios, contendo tanto análises mais detidas em medidas estatísticas quanto em outras focadas na distribuição geográfica de desordens urbanas e criminalidade. Assim, trata-se de um órgão que atende a necessidade de enriquecer e aperfeiçoar todos os processos que envolvem a produção de políticas de segurança a partir da organização e sistematização de informações.

É importante destacar que a inclinação do “Observatório” é a de olhar as preocupações de desordens urbanas e criminalidade espacialmente, a partir da produção periódica de mapas. Problemas como ausência de iluminação, resíduos, presença de comércio ambulante e de pessoas em situação de risco, consumo de drogas no espaço público, são alguns dos exemplos de desordens urbanas analisados. Todo esforço do “Observatório” consiste em observar como eles podem estar relacionados com a criminalidade e como a prefeitura e seus órgãos como a GCM podem atuar para aperfeiçoar sua atuação e, assim, proporcionar uma melhora da segurança na cidade.

Núcleo de Gestão de Pessoas

O NGP foi criado em março de 2011 pela Portaria nº. 083/SMSU/2011 com o objetivo de formular diretrizes para a excelência na gestão de pessoas, melhor aproveitamento funcional, formação e capacitação, práticas de meritocracia, indicadores de produtividade, avaliação de desempenho, promoção da qualidade de vida, saúde, segurança no trabalho, entre outros.

O NGP desenvolveu seu plano de PLANO DE TRABALHO e aponta seus principais resultados.

Aproveitamento Funcional

- Desenvolvimento, elaboração e aprovação do Descritor de Atividades da GCM.
- Apresentação palestra de sensibilização e orientação das Chefias e acompanhamento.
- Implementação e ajuste das normas de conduta da GCM.
- Aproveitamento DTOS / DTRH / Subcomando / NGP / SEMPLA / DESS – para reintegração do servidor e melhor aproveitamento.

Absenteísmo / LM

- Padronização de critério para concessão de abonos e faltas justificadas.
- Acompanhamento de Licença Médica por unidade.
- Auditoria nos atestados médicos emitidos e se for o caso, contato com o profissional ou clinica responsável pela emissão do mesmo.
- Estudo e apresentação de Minuta Portaria para Implementação do controle de frequência e ocorrências de ponto nos órgãos da SMSU.
- Avaliar e acompanhar os resultados a partir da aprovação do Projeto Lei 01.0336/10 do executivo, que cria a gratificação de desempenho. das ações de treinamento, desenvolvimento e capacitação.

- Verificar e apurar a apresentação de atestados médicos falsos junto ao DESS e Corregedoria para agilizar os processos de apuração para punição dos envolvidos e divulgação.
- Orientação das Chefias.

Desempenho Administrativo e Operacional

- Revisar, implementar e promover a avaliação de desempenho dos colaboradores trimestralmente, bem como acompanhar o desempenho dos colaboradores, com o intuito de melhorar o trabalho, objetivando estimular o alcance de metas organizacionais e a promoção do desenvolvimento dos recursos humanos.

Treinamento e capacitação

- Planejar a partir da filosofia organizacional (missão, visão e valores), análise do ambiente interno e externo, partindo das metas a serem alcançadas, acompanhando as ações, para verificar se as mesmas estão de acordo com as metas estabelecidas, bem como identificar as discrepâncias entre as ações realizadas e esperadas para posterior desenho

Assédio Moral e Sexual

- Sensibilização e orientação das Chefias, através de reuniões / palestra / campanha de esclarecimento sobre o assunto.
- Acompanhamento e apuração dos casos existentes, junto a Corregedoria e Unidades envolvidas.

CIPA

- Promover práticas legais de segurança do trabalho, buscando fortalecer as CIPAS nas unidades através de treinamento, realização de SIPAT e eventos voltados à formação de brigadas de incêndio/enchentes e programas culturais, esportivos e qualidade de vida.

Ferramentas Gerenciais

- Demonstrativo de absenteísmo – Acidente Trabalho / LM / LIP / Faltas Injustificadas / Justificadas / abonos.
- Demonstrativo de funcionários por código de endereçamento.
- Demonstrativo Pagamento Ativo / aposentado.
- Demonstrativo de funcionários desligados da SMSU.

Organograma e Manual de Procedimentos

- Atualizar e adequar o organograma da SMSU, em conformidade com as necessidades administrativas e operacionais.
- Definir objetivo, abrangência, fundamentação legal do Manual de Procedimentos da SMSU.
- Implantar Manual de Procedimentos, bem como disciplinar e padronizar ro -

tinhas de trabalho nas áreas administrativas e operacionais, estabelecendo mecanismos de gestão, avaliação, controle e indicadores de desempenho, para os diversos órgãos da SMSU e impressos padronizados necessários à execução dessas rotinas.

Comunicação Interna

- Alinhar a comunicação organizacional por meio de pessoas com o objetivo de conquistar os melhores resultados.

Regularização da situação funcional dos não optantes – Plano de Carreira

- Propor um novo projeto de Lei, do executivo, alterando o caput do artigo 1º da Lei nº. 15.359 de 04/03/11, incluindo o padrão de vencimento QPG, bem como estabelecer novo prazo para os servidores não optantes pela Lei nº.13.768/04 optarem pelo plano de carreiras da GCM.
- Gratificação de Gabinete incide sobre o padrão QPG, bem como PL de Gratificação de Função está dando 30 dias para os servidores não optantes, regularizar a situação.

REALIZAÇÕES DO NGP - NÚCLEO DE GESTÃO DE PESSOAS

I. Programa de Aproveitamento Funcional.

O trabalho realizado demonstra que os servidores participantes do “Programa de Aproveitamento Funcional” estavam desmotivados e sem comprometimento com a Instituição, sem assumir responsabilidades e muitas vezes permanece em tratamento de saúde ou longos períodos de licença médica, além da restrição médica já imposta pelo laudo.

Outro agravante é a inaplicabilidade da legislação existente pelos Gestores, que compromete o respeito à hierarquia, o aumento de vícios, comportamento inadequado e geração de conflitos.

A falta de uma legislação específica que atenda as necessidades da Guarda Civil Metropolitana em razão das especificidades, características e peculiaridades da função, foi identificado como relevante para melhorar a gestão neste campo.

II. Quadro de Pessoal da GCM / SMSU – Proposta de Readequação

Através de uma ação conjunta entre o Núcleo de Gestão de Pessoas – NGP e o Comando da Guarda Civil Metropolitana, desenvolveu estudo visando implementar procedimentos necessários para promover a adequação do efetivo de suas Unidades e seu melhor aproveitamento, em conformidade com as prioridades e programas da SMSU/GCM.

Neste contexto, analisamos a força de trabalho das unidades e sua estrutura organizacional considerando as demandas que estão em constante expansão, e desenvolvemos uma proposta tendo como foco a funcionalidade operacional e no aumento da capacidade de atendimento de cada unidade que compõe a instituição, estabelecendo um novo quadro de pessoal com numero de vagas adequado a essa realidade.

Visamos ainda, com essas medidas uma melhor gestão administrativa e operacional das unidades, bem como busca compatibilizar e adequar o efetivo, disponibilizando um maior número de sua força de trabalho para pronto atendimento as necessidades operacionais dos programas, das demandas, metas e prioridades da SMSU.

A Portaria 334/SMSU condiciona a disponibilidade de vagas das unidades e qualquer ajuste as chefias envolvidas são orientadas a seguir os limites nela estabelecida onde os Comandos Regionais tenham até 20% do seu quadro em atividade administrativa e 80% em atividade operacional.

III. Absenteísmo

- Estudo e avaliação do quadro das Unidades.
- Acompanhamento sistêmico das ausências com foco na produtividade.
- Implementação do Controle de frequência e ocorrências de ponto nos órgãos da SMSU.
- Estudo para colocação de controle de acesso biométrico para controle de entrada e saída em todas as Unidades da SMSU.
- Manutenção do acompanhamento e interlocução com SEMPLA / DESS para continuidade da redução do número de Licenças médicas e aproveitamento funcional, com foco na saúde do servidor.

IV. Avaliação de desempenho

Estudo para implementação da avaliação de desempenho dos colaboradores trimestralmente.

V. Relações Sindicais - SMSU

- Desenvolvimento de ações visando promover o suporte técnico necessário aos participantes ativos no processo das relações e negociações sindical.
- Estabelecimento, junto à equipe de negociação, das expectativas e orientações para relações com sindicatos.
- Atendimento e reuniões para tratar de assuntos diversos ligados a classe e reivindicações da categoria.
- Assessorar o Senhor Secretário na contextualização da sua ação na estrutura e gestão dos conteúdos definidos.

Outras Atividades

- Diagnóstico para elaboração do Contrato de Prestação de Serviços – Gestores das Unidades da GCM.

Acompanhamento e controle - Processos estratégicos da SMSU – Projetos, Decretos e Portarias.

- Comissões de Homenagens, Concurso de Acesso, Concurso de Ingresso, Comitê Análise e Movimentação de Pessoal.

Prêmio de Desempenho

- Instituído pela Lei nº 15.366/11 e regulamentado pelo Decreto nº 52.831/11. Portarias da Secretaria de Segurança Urbana detalha os procedimentos para aplicação dos critérios estabelecidos na Lei e no Decreto mencionado, tendo como referência Contrato de

Gestão, Plano de Metas, Avaliação de Desempenho, Absenteísmo, entre outros quesitos, com ponderação específicas. Parte da avaliação é pessoal e parte refere se ao desempenho da Unidade que integra, como forma de estimular o trabalho em equipe.

Honrarias e Homenagens:



Por meio de Decreto 50.864 e Portaria 447/09/SMSU, a Secretaria de Segurança Urbana estabeleceu critérios para premiação com diferentes tipos de láureas, medalhas e diplomas, que podem repercutir na avaliação de títulos nos concursos de acesso. Comissão mista constituída avalia as indicações e decide os que devem ser receber cada tipo de homenagem. Algumas são mensais, outras trimestrais e outras anuais. A intenção é valorizar e reconhecer os bons profissionais da corporação e estimular que outros igualmente se motivem para tais reconhecimentos.

Banco de Remanejamento

Com a criação do Banco de Remanejamento, por meio da Portaria 306/SMSU/11, os GCMs interessados em prestar serviço em outra Unidade da Corporação podem solicitar sua transferência eletronicamente, através da internet. Após a realização do pedido, ele é analisado pelo Comitê de Remanejamento da GCM, que, sob coordenação do Subcomando, considera alguns critérios para a remoção do agente, tais como, local de trabalho que favoreça o deslocamento entre a residência do servidor e a Unidade, o tempo de serviço do GCM na Corporação, taxa de absenteísmo entre outros. Esta sistemática busca melhor compatibilizar o melhor bem estar do GCM com os interesses da GCM, aliado a consideração dos bons profissionais da corporação.

As remoções levam em conta a possibilidade de permuta e as necessidades da Unidade de origem e destino do GCM. Anteriormente era muito comum o GCM ter que se valer de pessoas influentes para conseguir transferências entre unidades da corporação ou dependem da boa vontade da sua chefia.

Regulamentações (Leis, Decretos e Portarias)

Os avanços nas regulamentações da Guarda Civil Metropolitana aconteceram ao longo da gestão. Alguns exemplos:

- Lei nº 14.879/09 que alterou a Lei nº 13.396/02 que cria a Secretaria Municipal de Segurança Urbana;
 - Lei nº 15.365/2011 – cria funções gratificadas no Quadro da GCM;
 - Lei nº 15.366/2011 – Prêmio de Desempenho em Segurança Urbana
 - Decreto nº 50.525/2009 define as atribuições dos GCMs, comandos e chefias
- Projeto de Lei para alterar a Lei nº 13.768/04 que dispõe sobre o Plano de Carreira da Guarda Civil Metropolitana

- Projeto de Lei para alterar a Lei nº 13.768/04 que dispõe sobre o Plano de Carreira da Guarda Civil Metropolitana
- Dec. nº 52.831/2011 – Regulamenta a concessão do Prêmio de Desempenho
- Dec. nº 49.329/08, 49.852/08, 50.863/09; 50.031/08 – aplicação de penalidade, 50.388/09- reorganização da SMSU, 51.379/08 altera a reorganização da SMSU; 51.506/10 – Readaptados - 49.226/08 e alterações nº 53.295/12. Concurso de Acesso nº 51.506/10 e alterações nº 53.296/12 – Dec.nº 51.379/10- define as atribuições das unidades que especifica, da SMSU e cria na estrutura do Gabinete do Secretário Assessoria de Imprensa e Comunicação
- Mais de 30 POPs - Procedimento Operacional Padrão - foram elaborados e aplicados.

Compra de equipamentos, modernização e investimento

Guarda Civil Metropolitana compra 5.500 coletes dissimulados

Os novos coletes ficam sob o uniforme, proporcionando ao guarda menos exposição e mais conforto. O equipamento é um dos mais modernos e segue a tendência dos coletes balísticos utilizados pelas polícias.

A Secretaria Municipal de Segurança Urbana adquiriu 5.500 coletes dissimulados para Guarda Civil Metropolitana. Os equipamentos são quase que imperceptíveis quando usados sob o uniforme. São mais leves e de melhor qualidade. Podem ser usados sob qualquer roupa, com isso, supre também a necessidade daquele efetivo que faz uso do uniforme de ações estratégicas, como corregedoria, GAE-I (Grupo de Atuação Estratégica de Inteligência).

Por ficarem sob o uniforme, os coletes dissimulados diminuem a exposição do agente e proporciona mais conforto, além de ir ao encontro com os objetivos do policiamento comunitário, tirando a visão “ostensiva” do colete comum. Os novos materiais pesam de um quilo e meio a três quilos no modelo feminino e variam de dois a três quilos e meio no masculino, sendo até 20% mais leve que o tradicional. Os coletes possuem proteção balística nível dois e protegem contra projeteis de arma de fogo dos calibres 357 Magnum JSP de alta velocidade (425m/s) e 9 mm FMJ de alta velocidade (358m/s).

Os coletes estão em processo de aquisição através de uma Ata de Registro de Preços que possibilita a troca imediata dos coletes que vierem a vencer. Antes da adoção dessa medida, quando um colete vencia esperava-se a reposição através de um processo de licitação que poderia demorar até três meses. Agora, com a Ata de Registro de Preço, a aquisição pode ser feita de imediato.

Novos uniformes

Os agentes da Guarda Civil Metropolitana começarão a atuar com novos uniformes. A Secretaria Municipal de Segurança Urbana concluiu processo licitatório para aquisição, por meio de pregão realizado no último dia 9 de novembro, 7.205 conjuntos de uniformes, sendo 5.900 de modelo operacional, 145 de ciclistas, 90 de motociclistas, 800 de modelo social e 270 de modelos específicos (Canil, Inspeção Regional de Operações Especiais e de mecânicos).

Ao todo, o investimento para a troca dos uniformes foi de R\$ 1.393.034,25, que inclui calças, camisas, bermudas, saias, camisetas, gorros, quepes, bibicos, meias, agasalhos, jaquetas, luvas, macacões, sapatos, tênis, borzequins, coturnos, botas, cintos, conjuntos de chuva, capacetes e gravatas.

Durante o pregão, seis empresas foram escolhidas para fornecerem os uniformes que contemplarão todo o efetivo. Eles devem ser entregues em 4 lotes (30/60/90/120 dias), a partir da data de assinatura de contrato, após a aprovação das amostras na Divisão de Manutenção e Logística da GCM.

Os novos uniformes trarão mais conforto e praticidade aos agentes da Guarda, pois foram feitos a partir de minuciosas pesquisas, através de ensaios físicos nos tecidos, por empresas especializadas do setor. Eles também terão a padronização dos emblemas atualmente utilizados.



Colete dissimulado comparativo



Comparativo do novo colete com o antigo

- Modernização da Frota: 233 novas viaturas locadas em 2008, com manutenção garantida, acabando com um problema histórico que fazia com que mais de 50% das viaturas estivessem sempre indisponíveis; 37 Bases Móveis Comunitárias adquiridas para GCM, equipadas com GPS

A licitação de 350 novas viaturas foi concluída em dezembro de 2012 pela Secretaria Municipal de Segurança Urbana, no total, mais de 350 veículos irão compor a frota. As novas viaturas são locadas, sendo de responsabilidade da locadora a manutenção da frota. O contrato é feito por meio de uma ata de registro de preço, onde a administração pode optar progressivamente pela quantidade ou troca de acordo com a necessidade e disponibilidade orçamentária.

- Viaturas operacionais

104 unidades – Station Wagon (Space fox – 1.6) sendo 52 com cela e 52 sem sela
15 unidades – Duster Dynamique / Renault
58 unidades – Cabine dupla - S10 2.4
20 unidades – kombi
104 unidades de passeio - Fiesta sedan 1.6 sendo 52 com cela e 52 sem sela

-Viaturas administrativas

20 unidades Hatch - GOL 1.6
02 unidades Peugeot tipo furgão
14 unidades tipo sedan - Voyage 1.8
01 unidade S10 (cabine simples)
08 unidades executivo- Cruze
02 unidades Kombi
04 unidades Hatch - Gol 1.0



- Foram contratadas 44 pickups 4x4 para a Guarda Ambiental e para operações especiais e apreensões; além de três embarcações para a Guarda Ambiental fiscalizar a represa Guarapiranga, Billings e Várzea do Tietê; além de 2 ônibus de transporte de tropa e 3 microônibus para apoio logístico e uso semanal de helicóptero pela GCM Ambiental para fiscalizar áreas de proteção para impedir as invasões, tendo já sido feitos mais 300 flagrantes e constatações de depredação e crime ambiental com os mais de 160 vôos realizados;





Barco da GCM em parceria com a SVMA

- **Ônibus – Base de Apoio** - Equipado com computadores com acesso à internet, tela LCD, sala de reunião com mesa multiuso, gerador, cozinha, sanitário e poltronas para transporte e descanso. O equipamento de apoio serve ainda para reuniões entre o efetivo, com vistas à rápida tomada de decisões e avaliação de novas estratégias da corporação, inclusive em catástrofes e acidentes, articulada com a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil (COMDEC) e demais parceiros; possibilitará a realização de Mediações de Conflitos locais, apoio nas operações de combate à pirataria e contrabando; reintegração e desfazimento de invasões.



Novo ônibus Base de Apoio



Interior do ônibus base / GCM



Bicicletas Elétricas

- Projeto para aquisição de 50 bicicletas elétricas com foco no Policiamento Comunitário. Já foram adquiridas cinco delas que estão em teste e, em função dos resultados, poderá ser encaminhado a aquisição das demais. O objetivo de incorporar as bicicletas elétricas no policiamento comunitário é aumentar a atuação dos Guardas Civis com menor desgaste físico, sobretudo em trechos mais íngremes e longos, com destaque aos grandes parques e nas ciclovias e ciclofaixas. Visa também contribuir com o plano de sustentabilidade ambiental utilizando energia limpa, já que as mesmas têm bateria de lítio, e não de chumbo como a maioria das bicicletas elétricas disponíveis no mercado, além de, em muitos casos, substituir motocicletas e viaturas quatro rodas. As bicicletas elétricas possuem capacidade automotiva e de operação de pelo menos 40 Km. Em trechos planos é possível aos Guardas Civis utilizá-las alternando as pedaladas de maneira mecânica o que garante mais durabilidade da carga das baterias.



Armamento

Em armamentos, foram adquiridos 7 mil espargidores de gás pimenta, 1.700 bastões retráteis, 20 unidades de armas de eletrochoque em fase de teste. Estes equipamentos estão enquadrados entre os não letais e menos letais e visam ser usados em situações que o exijam conforme rigoroso treinamento.

Foram também adquiridas 60 Pistolas modelo Ponto 380, que foram entregues aos inspetores que exercem funções de comando e chefia, desde que habilitados pelo Centro de Treinamento para o seu porte conforme exigências específicas da legislação para tal armamento.



Novas Motocicletas

Foram adquiridas 80 motocicletas de 300 cilindradas pela Secretaria Municipal de Segurança Urbana para a Guarda Civil Metropolitana (GCM) com objetivo de substituir as anteriores já com grande desgaste e modelo ultrapassado para o emprego atual. As motos possuem catalisador e injeção eletrônica, o que as torna mais econômicas, mais potentes e menos poluentes. As motocicletas serão empregadas para apoiar as ações de proteção da GCM, com vantagens principalmente nos horários de pico no trânsito. 40 já foram entregues e já entraram em operação, tendo sido priorizadas as Unidades da GCM da região central e a Inspetoria de Operações Especiais.



Abastecimento com cartão

O abastecimento da Frota da GCM, da Defesa Civil e da SMSU está sendo realizado por cartão eletrônico em uma rede de 320 postos espalhados pela cidade, com relatório por viatura indicam o seu desempenho e as que eventualmente estiverem fora da curva. Esta medida que acabou com deslocamento de até 40 km para as viaturas serem abastecidas em bombas de algumas subprefeituras. A bomba de combustível própria da SMSU foi desativada e os profissionais dedicados à tarefa de reabastecer as foram remanejados. Assim, foi eliminada a falta de combustível por problemas contratuais de determinadas subprefeituras conveniadas. Houve redução do custo global de pelo menos 20%, favorecendo controle com relatórios customizados de desempenho.



Inauguração do Edifício sede do Comando Geral da GCM, com seis andares, localizada na Nova Luz, com investimento de R\$ 5 milhões, sem falar da instalação da Central de Telecomunicação, Videomonitoramento, Atendimento ao público pelo telefone 153, sala de Radio Despacho e sala de Situação, que receberam investimentos de mais de R\$ 40 milhões. A GCM passou 23 anos sem possuir uma sede própria para o seu Comando Geral.



NOVAS INSTALAÇÕES PARA INSPETORIAS DA GCM:

Nesta gestão foi viabilizado novas instalações para Unidades de Inspetorias da GCM como a da Praça Roosevelt (IR Consolação/Pacaembu) dotada de ar condicionado central, refeitório moderno, auditório, vestiários, salas de reunião e de comando, salas de ginástica entre outras instalações. A nova Unidade da Inspetoria da Capela do Socorro esta localizada às margens da represa Guarapiranga e possui píer e garagem para os barcos da GCM. Em Parelheiros, a nova Unidade da GCM foi instalada junto a subprefeitura, em edificação que trouxe melhores condições de trabalho aos integrantes daquela Inspetoria. No Ipiranga, a GCM ganhou nova Unidade com mais de 500 m², em substituição a anterior que possuía 50 m². Possui salas de reuniões, sala de mediação de conflitos, amplos vestiários, salas de administração e de comando, e até uma academia, que foi equipadas com aparelhos que foram doados pela comunidade. A inspetoria da Lapa, que antes sofria com alagamentos constantes e situação insalubre ganhou novas instalações localizada dentro do Parque Vilas Boas, com amplo estacionamento e suporte administrativo e operacional.

A inspetoria de Santana agora está localizada em ponto estratégico na praça Heróis da Feb, com todas as instalações de suporte, assim como sala de mediação e conflito.

A inspetoria da IR Bom Retiro esta agora localizada na Avenida Santos Dumont, em amplas instalações que abrigam também o Comando Operacional Centro. Além destas novas instalações, varias reformas foram realizadas, algumas de grande porte, como as de Campo Limpo e MBoi Mirim, Itaquera, Guaianazes, entre outras, que viabilizaram maior segurança das armarias, salas de Cipas, salas de mediação de conflito entre outras instalações.

É de se destacar também a nova instalação da Corregedoria Geral da GCM, em prédio de quatro andares exclusivamente para ela, que substituiu instalação precária que funcionava no prédio da SMSU.



Nova Inspetoria sa Praça Roosevelt



Novas instalações da inspetoria do Ipiranga (acima) e Capela do Socorro (abaixo). Ao lado a nova sede da Corregedoria

CORREGEDORIA GERAL DA GUARDA CIVIL METROPOLITANA

A Corregedoria Geral da GCM, fundada em julho de 2012, foi reestruturada neste período para que tivesse melhores condições de exercer seu papel de apurar desvios de conduta dos Integrantes da Guarda Civil Metropolitana. Foi instalada num edifício próprio de quatro andares e recebeu equipamentos, treinamento e profissionais para o exercício das suas atividades.

Sintonizado como propósito de dar maior celeridade as apurações das denúncias e procedimentos disciplinares de sua competência, foi introduzido um sistema de Foi criada também a “Via Rápida” - através das Portarias 51/09 (SMSU) e 16/09 (CG-GCM)-, que visa maior celeridade nos casos de servidores que cometem graves infrações aos Regulamento Disciplinar, buscando afastamentos e evitar comprometer a credibilidade da Corporação, sem deixar de observar aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa.

A Corregedoria Geral da GCM tem ainda na sua atribuição a realização de visitas de inspeção e correições extraordinárias em qualquer Unidade onde atuam os integrantes da Guarda; a apreciação das representações, bem como a investigação de denúncias sobre a conduta ética, social e funcional dos candidatos e do efetivo da GCM, seja por parte de outros integrantes ou pelo público.

A Corregedoria faz análise do perfil disciplinar de integrantes da GCM indicados para postos de comando e chefia assim como aqueles que atuam em ações estratégicas.

Criação da Divisão Técnica de Acompanhamento e Avaliação - DTAA

Em 2009, com a necessidade de melhor acompanhar e avaliar as atividades e ações territoriais da GCM foi criado no âmbito da Corregedoria o Núcleo de Acompanhamento e Avaliação - NAA, pela Portaria SMSU 094/09, convertido depois em Divisão Técnica de Acompanhamento e Avaliação - DTAA, pelo Decreto nº 51376/10. Os profissionais do DTAA são selecionados dentre aqueles com perfil para ações de inteligência, atuam com uniforme estratégico (paisano) e se utilizam de equipamentos de filmagem e fotografia, inclusive dissimulados.

O monitoramento das ações de proteção executadas pela GCM possibilita a avaliação por parte do Comando da GCM e da alta administração, visando identificar fatores que podem contribuir para o seu aprimoramento, melhorar planejamento, integração, treinamento, orientação e supervisão, assim como verificar eventuais descumprimento de Ordens de Serviço e desvios de conduta.

Os princípios da DTAA estão norteados pela precisão e confiabilidade dos dados e informações obtidas por meio de trabalhos realizados em campo, que são totalmente compromissados ao interesse público.

A DTAA realiza hoje em média 35 avaliações por mês (nome dado as trabalhos de acompanhamento, verificação e monitoramento dos locais), em 2011 realizou 564 avaliações em diversas áreas e locais com escopo de verificar situações de desordem urbana assim como em operações estratégicas, produzindo relatórios de dados e fotográficos, gráficos, matriz de risco, entre outros elementos

OUIDORIA DA GCM

A Ouvidoria da Guarda Civil Metropolitana - OGCM, vinculada ao Gabinete do Secretário, foi criada pela Portaria nº 390/SMSU/ 2009, e depois pelo Decreto Municipal nº 51.370/2010, que ajustou a estrutura da SMSU.

A Ouvidoria funciona nas mesmas instalações da Corregedoria Geral da GCM, e tem como principal atribuição receber e garantir a apuração de denúncias, reclamações, sugestões e representações sobre atos considerados ilegais, arbitrários, desonestos, ou que contrariem o interesse público, a legislação e o regulamento da Guarda Civil Metropolitana (Lei nº 13.530/2003 - RD), praticada por servidores dessa carreira.

Desde sua criação registrou 872 (oitocentos e setenta e dois) atendimentos tendo sido dado os encaminhamentos previstos na legislação.

CENTRO DE CUSTOS

Coordenado pelo Núcleo de Qualidade e visando melhorar o desempenho e o emprego de meios e também a criação da cultura de gerenciamento de custos, esta sendo desenvolvido trabalho analítico das despesas e investimentos nas Unidades da SMSU. Conhecer quanto custa cada Unidade Administrativa ou Operacional e quanto custa o serviço prestado a população é fundamental para identificar caminhos para racionalizar os gastos e melhorar a qualidade e a amplitude deste atendimento.

Utilizando o Método de custeio por absorção, onde todos os custos diretos e indiretos, fixos e variáveis, são considerados para calcular o custo dos serviços prestados vem sendo possível verificar muitas possibilidades de aprimoramento.

Foram ouvidos os dirigentes das unidades, servidores e criada uma Comissão de Centro de Custos, para análise conceitual e validação do processo, para então seus resultados serem expostos aos Gestores e, posteriormente, as suas equipes.

Na área de segurança também é possível fazer proteção com melhor custo, a medida que seja incorporados elementos como inteligência e tecnologia, com informações mais precisas dos locais dias e horários de incidência de vulnerabilidades, por exemplo.

Conhecendo o custo de cada processo aprimora se a avaliação das vantagens comparativas para selecionar o melhor meio de proteção para o problema identificado.

Defesa Civil



A Coordenadoria Municipal de Defesa Civil (COMDEC) recebeu investimento de 4 milhões de reais em 31 viaturas (pick-ups S10), equipadas com rádios digitais na mesma plataforma da GCM, da Polícia Militar e dos Bombeiros (SIOPM) e kit de emergências, além de 178 rádios digitais fixos e portáteis, além de três bases de apoio móveis equipadas com computadores e outros itens. Fotos 106 e 107

Todo esse investimento visa em primeiro lugar à prevenção e a melhora na comunicação e atendimento em caso de desastres, facilitando o apoio aos agentes que ganham mais esse recurso, além da telefonia fixa e móvel. Para tanto, cerca de mil pessoas entre Comissões Distritais de Defesa Civil (CODDECs), parceiros, Núcleos de Defesa Civil e participantes do Conselho de Segurança já receberam treinamento.

Dentre os cursos realizados pelos agentes da Defesa Civil, destaca-se o curso de capacitação em Mapeamento de Áreas de Risco ministrado por técnicos do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT). O objetivo do encontro foi capacitar os participantes a elaborar o levantamento e mapeamento de uma área de risco classificando-a em quatro níveis – R1, R2, R3 e R4, gerando maior eficiência na abordagem do trabalho realizado.



(Treinamento CODDEC e ação integrada com órgãos da Prefeitura e moradores de áreas de risco).

Foi dada continuidade ao Programa de Prevenção de Incêndios em Assentamentos Precários (Previn), cujo objetivo é desenvolver procedimentos para agilizar as medidas administrativas de prevenção e incêndios. O plano contemplou ações preventivas como alargamento de ruas, retirada de ligações irregulares de energia elétrica, instalação de extintores e hidrantes, além da criação de brigadas de combate a incêndios, integrada por moradores das comunidades.

Outras ações e investimentos

A nova sede ocupa um prédio instalado numa área de 30 mil m², 1.200 m² de instalações administrativas e galpões de apoio, na Av Zaki Narchi, 600. Foram implantadas sala de



Nova Sede da Coordenadoria Municipal da Defesa Civil

atendimento, através do fone 199 e sala de situação com telas de LCD. Fortalecimento dos CODDECs e NUDECs com treinamento e aprimoramento dos meios de comunicação, alertas e suprimentos.

O tempo de resposta da Defesa Civil foi reduzido significativamente, atuando em parceria com os Bombeiros, CGE, CET e subprefeituras.



Instalação de Placas em Áreas de Risco e de Proteção Ambiental

Nas áreas em que são proibidas construções, foram instaladas 1500 placas de advertência da Operação Defesa das Águas e Áreas de Risco, com indicação de denúncia. Boletins, cartilhas e panfletos são distribuídos regularmente à população, informando que antes de comprar um terreno, construir ou ampliar imóvel é preciso consultar a subprefeitura da região. Jornais e rádios daquelas regiões têm tido participação importante na divulgação das ações de fiscalização e proteção ambiental.



Juntas do Serviço Militar

Está em teste na cidade de São Paulo o primeiro piloto no País para que anualmente 100 mil jovens não precisem mais ir pelo menos quatro vezes nas seções da Junta do Serviço Militar para fazer os procedimentos para obter seu Certificado. Foram informatizadas todas as dezenove Juntas, que foram lincadas na rede mundial de computadores para acesso aos bancos de dados do Exército e emissão de documentos via internet.



Alistamento Militar poderá ser feito pela internet



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
SEGURANÇA URBANA

**Equipe Técnica da Secretaria Municipal
de Segurança Urbana**

Coordenadora da Assessoria de Imprensa e Comunicação
Mariana Rodrigues Burbela

Coordenadora da Publicação
Monique Correa Gonçalves

Assessores
Marcus Vinicius dos Santos
Mônica Hernandes Fernandes Casanova

Capa, Projeto Gráfico e Diagramação
Luciana Carolina Garcia

Fotografia
Augusto Frederico Antunes
SMSU

Apoio
Inspetores da Guarda Civil Metropolitana

Apoio Administrativo
Marilene Colla de Jesus

Parceiros do Gabinete

CTP, Impressão e Acabamento
Imprensa Oficial do Estado de São Paulo